

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 2 de abril de 2024 • Nº 1774 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ICVA

Vendas do varejo na Páscoa caem 5% este ano

As vendas do varejo brasileiro caíram 5% na Páscoa deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com o Índice Cielo de Varejo Ampliado (ICVA). Os números apontam, segundo a companhia, os

efeitos do calendário: neste ano, a Páscoa aconteceu no final do mês, período em que os recursos disponíveis para as famílias são mais escassos. "No ano passado, a Páscoa caiu no início do mês, período em que o comércio está

mais aquecido por causa dos depósitos dos salários", afirma o vice-presidente de Tecnologia e Negócios da Cielo, Carlos Alves O ICVA mediu as vendas realizadas pelo varejo entre os dias 25 e 31 de março deste ano. **PÁGINA 2**

MP 1.202

Pacheco derruba reoneração de municípios

O presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (foto), decidiu retirar da medida provisória 1.202 o dispositivo que tratava da reoneração da alíquota previdenciária de municípios de até cerca de 140 mil habitantes. Em despacho assinado ontem, Pacheco prorrogou a MP por mais 60 dias, mas decidiu que o dispositivo específico sobre os municípios não será prorrogado. Em sua decisão, Pacheco afirma que "o poder de editar medidas provisórias não pode ter o condão de frustrar prontamente uma decisão tomada pelo Poder Legislativo no processo de formação de uma lei, funcionando como uma etapa adicional e não prevista do processo legislativo, de verdadeira revisão da rejeição do veto, em evidente conflito com o princípio da separação dos Poderes, entendimento também referendado pelo Supremo Tribunal Federal". O presidente do Senado também reforça, no despacho, que, a "alteração do regime de desoneração da folha de pagamento. **PÁGINA 2**

EMPRÉSTIMOS

Governo assina repasse de R\$ 10 bi do Fundo Clima para o BNDES



O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram ontem o contrato para execução de R\$ 10,4 bilhões pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Trata-se do maior volume de recursos da história do fundo, criado em 2009, e que desde então possui uma carteira de contratos em vigor que soma R\$ 2,5 bilhões. Nos últimos quatro

anos, no entanto, o fundo ficou praticamente parado, segundo o governo. "Saímos do volume de recursos de R\$ 400 milhões (em média, por ano) para R\$ 10 bilhões, e esses recursos com certeza farão a diferença no processo de mudança da nossa matriz energética, agricultura resiliente, cidades resilientes, com adaptação e outras agendas", destacou a ministra Marina Silva, após se reunir com o presidente Lula. **PÁGINA 6**

CONTA DE LUZ

Governo está preocupado com custo da energia

PÁGINA 9

ARTIGO 142



SÍRIA

Israel ataca consulado e mata militares iranianos

PÁGINA 12

STF acaba com lorota de 'poder moderador' das Forças Armadas

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes (foto), Edson Fachin e André Mendonça votaram ontem, contra qualquer interpretação que permita uma intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes da República ou que as classifiquem como um "poder moderador" durante crises institucionais. Com isso, a Corte formou maioria para invalidar a tese. O placar está em seis a zero para derrubar a interpretação do "poder moderador" das Forças Armadas. Além de Fachin e Mendonça, os ministros Flávio Dino e Luís Roberto Barroso acompanharam o relatório, ministro Luiz Fux. **PÁGINA 11**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,87% / 126.990,45 / -1.115,65 / Volume: R\$ 20.269.854.793 / Negócios: 4.089.474				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo												
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Ufir		IPCA		CDI								
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Fechamento	%	R\$		(01/02)		(01/02)		(01/02)		(01/02)		
HAPVIDA ON NM	3,94	+6,49	+0,24	CVC BRASIL ON NM	2,73	-5,86	-0,17	TAUUNIBANCO PN EJ N1	33,44	-3,42	-1,19	Dow Jones	39.566,85	-0,60	R\$ 4,3329		11,25%	11,15%	11,15%		11,15%		11,15%	
IRBBRASIL REON NM	38,26	+2,44	+0,91	LWSA ON NM	5,47	-6,34	-0,37	PETROBRAS PN N2	37,65	+0,78	+0,29	NASDAQ Composite	16.396,832	+0,11			0,5301%				0,5301%		0,5301%	
MINERVA ON NM	6,85	+1,48	+0,10	PETZ ON NM	4,13	-5,06	-0,22	VALE ON NM	61,22	+0,64	+0,39	CAC 40	8.205,81	+0,01			0,5301%				0,5301%		0,5301%	
CASAS BAHIA ON NM	6,940	+2,36	+0,160	RAIZEN PN ED N2	3,360	-5,08	-0,180	B3 ON EJ NM	11,77	-1,83	-0,22	DAX	18.492,49	+0,09			0,0300%				0,0300%		0,0300%	
SUZANO S.A. ON NM	64,89	+1,42	+0,91	P.ACUCAR-CBDON NM	2,85	-3,72	-0,11	EQUATORIAL ON NM	31,97	-1,78	-0,58	Ftse Mib	34.343,61	+0,00			0,0300%				0,0300%		0,0300%	



MERCADOS



Bovespa inicia abril em baixa de 0,87%, aos 126,9 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com volume financeiro moderado na retomada dos negócios após o feriado da sexta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) interrompeu ontem sequência de duas recuperações e voltou a fechar abaixo dos 127 mil pontos. Nesta abertura de abril, o índice caiu 0,87%, a 126.990,45 pontos, bem mais perto da mínima (126.771,80) do que da máxima (128.658,86) da sessão. O giro ficou restrito a R\$ 19,9 bilhões nesta segunda-feira. Vindo de perda de 0,71% em março, o Ibovespa (Índice Bovespa) cede agora 5,36% no ano.

Na sessão, o desempenho na B3 foi amplamente negativo para as ações de grandes bancos, com destaque para Itaú (PN -3,41%), mas o mergulho do Ibovespa foi relativamente moderado por Vale (ON +0,64%) e Petrobras (ON +0,73%, PN +0,78%), com as grandes ações de commodities respondendo ao movimento de preços do minério e do petróleo, frente a indicações um pouco mais favoráveis sobre a China.

Na ponta perdedora do Ibo-

vespa ontem, destaque para Locaweb (-6,34%), CVC (-5,86%) e Raízen (-5,08%). No lado oposto, Hapvida (+6,49%), IRB (+2,44%) e Casas Bahia (+2,36%).

DÓLAR DISPARA

O dólar à vista iniciou a semana em forte alta no mercado doméstico de câmbio, acompanhando a onda de valorização da moeda norte-americana no exterior, em meio a uma escalada das taxas dos Treasuries.

Após encerrar o primeiro trimestre com ganhos de 3,34%, já acima da barreira técnica e psicológica de R\$ 5,00, o dólar até ensaiou uma queda na abertura dos negócios com dados positivos na China e valorização do minério de ferro. Mas a moeda trocou de sinal rapidamente e, com altas sucessivas, ultrapassou a faixa de R\$ 5,05 por volta das 11 horas, em sintonia com o exterior.

Com máxima a R\$ 5,0705 no início da tarde, o dólar terminou a sessão de ontem, em alta de 0,87%, cotado R\$ 5,0591 - maior nível de fechamento desde 13 de outubro do ano passado (R\$ 5,0885).

SÉRIE HISTÓRICA

Primeiro trimestre é o melhor para mercados do agronegócio do País

O primeiro trimestre de 2024 é o mais bem-sucedido da série histórica em termos de aberturas de novos mercados para o agronegócio brasileiro, conforme levantamento do Ministério da Agricultura e Pecuária. Os números mensais foram: março com 10 novos mercados em sete países; fevereiro com sete mercados em seis países; e janeiro com nove mercados em cinco países. Em relação aos números do trimestre, apenas em 2021 se chegou perto do alcançado neste ano, quando foram totalizados 20 mercados em 9 países, disse o ministério em nota.

Desde o início do ano, somam-se 26 novos mercados abertos em 18 países, alcançando um total de 104 desde o começo de 2023, período em que se iniciou o terceiro mandato do

presidente da República. Luiz Inácio Lula da Silva, e a gestão do ministro Carlos Fávaro no Ministério da Agricultura e Pecuária. As aberturas de 2024 já contemplam todos os continentes: África (África do Sul, Botsuana, Egito, Omã e Zâmbia); Ásia (Arábia Saudita, Filipinas, Índia, Paquistão e Cingapura); Europa (Grã-Bretanha e Rússia); Oceania (Austrália); e Américas (Canadá, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos e México).

Os registros das aberturas não contemplam apenas a venda de produtos tradicionais dos quais o Brasil já é um grande exportador, como carnes e complexo soja, mas de diversos produtos agropecuários, como pescados; sementes; gelatina e colágeno; ovos; produtos de reciclagem animal; açaí em pó e café verde.

COMBUSTÍVEL

Petrobras reduz preço do querosene de avião

DENISE LUNA/AE

A Petrobras reduziu o preço do querosene de aviação (QAV) em cerca de 1,5% ontem, apesar da alta do preço do petróleo nos últimos dias. Os reajustes variam de acordo com o mercado atendido pela companhia, e vão de 1,4% a 1,7%, segundo tabela publicada pela estatal.

O petróleo tem operado com grande volatilidade recentemente. Ontem, a commodity alternava pequenas al-

tas e baixas, por volta das 11 horas, cotado a US\$ 86,74 o barril, uma queda de 0,09% em relação ao último fechamento.

Em março, a Petrobras havia elevado o preço do combustível entre 8% e 8,5%. O preço do QAV tem sido usado como argumento das companhias aéreas para que o governo não auxilie o setor, que foi duramente prejudicado pela pandemia de covid-19.

Em fevereiro, o QAV teve queda de 0,4%, segundo dados da estatal.

ICVA

Vendas da Páscoa deste ano caem 5% em relação à de 2023

MATHEUS PIOVESANA/AE

As vendas do varejo brasileiro caíram 5% na Páscoa deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com o Índice Cielo de Varejo Ampliado (ICVA). Os números apontam, segundo a companhia, os efeitos do calendário: neste ano, a Páscoa aconteceu no final do mês, período em que os recursos disponíveis para as

famílias são mais escassos.

"No ano passado, a Páscoa caiu no início do mês, período em que o comércio está mais aquecido por causa dos depósitos dos salários", afirma o vice-presidente de Tecnologia e Negócios da Cielo, Carlos Alves.

O ICVA mediu as vendas realizadas pelo varejo entre os dias 25 e 31 de março deste ano, e os comparou com as da semana de Páscoa de 2023, que aconteceu entre 3 e 9 de abril do ano

passado.

No setor de Supermercados e Hipermercados, as vendas caíram 3,9% nesse período. As chocolaterias, porém, cresceram 3,8%, com alta de 4% para as localizadas em shoppings, e de 3,7% nas chocolaterias de rua.

Houve queda de vendas em todas as regiões do País, sendo que a mais acentuada foi no Centro-Oeste (-8,5%). No Sudeste, a baixa foi de 5,5%. O Estado em que houve a maior queda

de vendas foi o Paraná, com redução de 8,8%, sendo que no comparativo com 2023, nenhum Estado teve vendas mais fortes na Páscoa.

O ICVA é calculado pela Cielo com base nas vendas de 18 setores mapeados pela companhia, com lojistas de todos os portes. Os dados respondem por mais de 870 mil varejistas ligados à companhia, e o peso de cada setor no indicador é dado por seu desempenho no mês.

CONGRESSO

Pacheco derruba reoneração dos municípios e prorroga MP 1.202

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (foto), decidiu retirar da medida provisória 1.202 o dispositivo que tratava da reoneração da alíquota previdenciária de municípios de até cerca de 140 mil habitantes. Em despacho assinado ontem, Pacheco prorrogou a MP por mais 60 dias, mas decidiu que o dispositivo específico sobre os municípios não será prorrogado.

Em sua decisão, Pacheco afirma que "o poder de editar medidas provisórias não pode ter o condão de frustrar prontamente uma decisão tomada pelo Poder Legislativo no processo de formação de uma lei, fun-

cionando como uma etapa adicional e não prevista do processo legislativo, de verdadeira revisão da rejeição do veto, em evidente conflito com o princípio da separação dos Poderes, entendimento também referendado pelo Supremo Tribunal Federal".

O presidente do Senado também reforça, no despacho, que, a "alteração do regime de desoneração da folha de pagamento, tanto de setores econômicos quanto de municípios, deve ser veiculada por meio de projeto de lei".

A decisão de Pacheco veio porque, a partir desta segunda-feira, 1º, passaria a ser aplicada a reoneração da folha de pagamento dos municípios prevista

na medida provisória 1.202. A alíquota passaria de 8% para 20%.

Pacheco já havia prometido a prefeituras que não deixaria a reoneração prevalecer. Ao fim e ao cabo, caso o governo não tomasse uma posição, caberia a ele rejeitar esse trecho específico da MP.

O Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda já chegaram a um acordo com o Congresso para que as mudanças no Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e na desoneração dos municípios sejam discutidas por projeto de lei. Apesar disso, o governo não encaminhou nenhum novo ato para revogar os trechos da MP 1.202 que trazem novas regras para esses dois setores.

PEDRO GONTIJO/AGÊNCIA SENADO



EMPAPEL

Expedição de caixas de papelão ondulado avança 11,7% em fevereiro

JORGE BARBOSA/AE

As expedições de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado somaram 326,735 mil toneladas em fevereiro, o que representa um aumento de 11,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com os dados da Associação Brasileira de Embalagem em Papel (Empapel).

A entidade destaca que o re-

sultado para fevereiro é o segundo maior da série histórica, desde quando o volume começou a ser calculado em 2005. Também marca o quinto ano consecutivo em que o mês alcança uma expedição acima de 290 mil toneladas.

De acordo com a Empapel, o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) avançou 11,1% em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano anterior, para 145,5 pontos.

O volume de expedição por dia útil foi de 13,614 mil toneladas em fevereiro, alta de 6,5% na comparação interanual. Em 2024, fevereiro registrou um dia útil a mais na comparação com o mesmo mês em 2023.

Já nos dados livres de influência sazonal, o resultado de fevereiro registra alta de 1,4%, para 156 pontos. Na mesma métrica, o volume expedido de papelão ondulado no mês foi de

349,645 mil toneladas. A expedição por dia útil foi de 14,569 mil toneladas, uma alta de 9,8% em relação ao mês imediatamente anterior.

Segundo a Empapel, o nível registrado em fevereiro nos dados dessazonalizados foi o terceiro maior da série histórica, ficando atrás do apurado em setembro de 2020 (351,314 mil toneladas) e em fevereiro de 2023 (361,020 mil toneladas).

S&P GLOBAL

PMI Industrial do Brasil cai de 54,1 em fevereiro para 53,6 em março

DANIEL TOZZI MENDES/AE

O índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) que mede a atividade industrial do Brasil caiu para 53,6 na leitura com ajuste sazonal de março, após marcar 54,1 em fevereiro. Apesar do recuo, o índice se mantém acima dos 50 pontos, o que indica crescimento do setor, na margem. A leitura de março ficou novamente acima da mé-

dia de longo prazo da série (50,6), conforme destacou a S&P em nota.

A agência aponta que houve aumento no volume de novos pedidos pelo terceiro mês consecutivo em março, com destaque para a recuperação do segmento de bens de capital.

"O setor industrial do Brasil aproveitou o forte impulso obtido em fevereiro, com a maior melhora na demanda em 32 me-

ses impulsionando o crescimento adicional da produção em março", escreveu a diretora associada de Economia da S&P, Pollyanna Lima.

Na avaliação de Pollyanna Lima, os esforços das empresas para atender o aumento do apetite dos clientes levou à criação de empregos e a mais uma rodada de crescimento da compra de insumos "As pressões sobre os custos permaneceram relativa-

mente leves e a inflação de preços caiu para um mínimo de três meses, aumentando a probabilidade de outro corte na taxa básica de juros", observa.

Os participantes da pesquisa, contudo, apontaram, de acordo com a S&P, que há fragilidade na demanda externa, com os fabricantes brasileiros enfrentando dificuldade para garantir novos pedidos, sobretudo da Ásia, América Latina e Europa.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



Quality Software S.A.
RELEASE DE RESULTADOS
 4º trimestre 2023 - 4T23 e o ano de 2023

EBITDA 2023:
 R\$ 43 milhões (+18%)

Lucro Líquido 2023:
 R\$ 20 milhões (+56%)

RJ, 28/03/24: A Quality Software S.A. (B3: Bovespa mais - QUSW3) ("Cia."), Digital Business Acceleration, anuncia hoje os resultados consolidados do último trimestre ("4T2023") e do ano de 2023.

QUALITY SOFTWARE

Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Cia.") possui como missão acelerar digitalmente os negócios de seus clientes com soluções criativas, inovadoras e de alto valor. Possui foco em desenvolvimento de Soluções Digitais de Negócios, E-Commerce, Plataformas de Automação e ESGRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Otimização de TI. A Cia. ajuda seus clientes a terem melhor performance operacional, governança e comunicação com seus clientes usando Plataformas digitais, equipes especializadas e metodologias para promover a aceleração digital.

DESTAQUES FINANCEIROS

R\$ mil	2022	2023	Var.	4T2022	4T2023	Var.
Receita Líquida	225.657	237.689	5,3%	61.076	62.698	2,7%
EBITDA	36.864	43.349	17,6%	13.768	13.846	0,6%
Margem EBITDA	16,3%	18,2%	1,9 p.p	22,5%	22,1%	-0,5 p.p
Lucro Líquido	12.649	19.768	56,3%	7.316	11.311	54,6%
Margem Lucro	5,6%	8,3%	2,7 p.p	12,0%	18,0%	6,1 p.p

• **Receita Líquida:** R\$ 237,7 milhões (+5,3% vs. 2022). Em 2023, obtivemos um crescimento de 5,3%, com destaque, principalmente, para linha Digital Commerce, que cresceu 10% em relação ao mesmo período do ano anterior. No quarto trimestre de 2023, tivemos um crescimento de 2,7% se comparado com o ano de 2022, sendo o principal motivo a entrada de novos clientes na linha de IT Optimization (ITO).
 • **EBITDA:** Atingiu R\$ 43,4 milhões (+17,6% vs. 2022), com margem EBITDA de 18,2% em relação a receita líquida, ganho de 1,9 pontos percentuais em relação ao ano de 2022. O incremento do EBITDA ocorre principalmente pelo aumento da receita, mais a melhor performance operacional, impactando diretamente o lucro bruto e as despesas. O ganho percentual da margem EBITDA está atrelado, portanto, a melhor integração e otimização realizada ao longo do ano de 2023 das linhas Digitais, pós a aquisição em 2022. A Cia. possui como um dos seus pilares culturais a melhor otimização dos recursos, por isso, adota como prática o controle de custos e despesas operacionais.
 • **Lucro Líquido:** O lucro líquido atingiu, no acumulado do ano de 2023, o expressivo montante de R\$ 19,8 milhões (56,3% vs. 2022) com margem de 8,3%. O bom resultado foi consequência direta da redução das despesas financeiras e de incorporações das empresas adquiridas, que reduziu os impostos sobre o lucro e faz parte da nossa estratégia de aquisições. No quarto trimestre, o lucro líquido atingiu R\$ 11,3 milhões, ganho de 54,6%.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Investidores, Colaboradores e Comunidades em geral, É com grande satisfação que compartilhamos os resultados excepcionais alcançados pela Quality em 2023. Nossos esforços contínuos em inovação, excelência operacional, controle de custos e foco estratégico têm gerado resultados significativos, consolidando nossa posição como um dos principais agentes de aceleração digital, focado em *omnicanalidade*. Gostaríamos de destacar alguns pontos-chaves que refletiram o desempenho da nossa empresa, bem como algumas ações estratégicas que poderão impulsionar ainda mais o nosso crescimento e posicionamento no mercado local e internacional. **Resultados Financeiros Recordes:** Estamos orgulhosos em informar que alcançamos números recordes na Receita Líquida, EBITDA e lucro líquido. O EBITDA apresentou um crescimento significativo, de 17,6%, totalizando R\$ 43,3 milhões, com uma margem EBITDA recorde de 18,2%, aumento de 1,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O lucro líquido também apresentou um forte crescimento, 54,6%, alcançando R\$ 19,8 milhões. Essa performance são frutos do comprometimento de todo o time Quality, e foi obtido, principalmente, devido a melhoria operacional, a eficaz integração e incorporação das aquisições e o foco em impulsionar as vendas nas linhas Digitais. **Crescimento Resiliente:** Enquanto algumas agências nichadas de e-commerce enfrentaram desafios, conseguimos não apenas manter nossa posição, mas também crescer na nossa linha Digital Commerce. Alocamos os nossos principais talentos das áreas comercial e operacional nas linhas Digitais. Isso resultou em uma maior participação no mercado brasileiro de implementação de e-commerce, demonstrando nossa capacidade de adaptação e resiliência em um ambiente competitivo em constante evolução. **Reforço Estratégico do Time:** Cassio Pantaleoni se juntou à nossa equipe como Diretor de Inteligência Artificial. Cassio traz consigo uma vasta experiência e conhecimento em IA, e sua chegada representa um marco importante em nossa jornada. Ele será responsável por liderar a integração da IA em todas as nossas soluções, abordando os desafios de negócios dos nossos clientes de forma inovadora e eficaz. Estamos confiantes de que a expertise em IA fortalecerá ainda mais nossa posição como uma das principais empresas de aceleração digital e nos capacitará a oferecer soluções cada vez mais avançadas e personalizadas aos nossos clientes. **Desenvolvimento organizacional:** Ao completar o terceiro ano consecutivo de implementação da metodologia Lean (Instituto Lean), conseguimos avançar mais em um dos nossos principais pilares estratégicos, Cultura e Liderança. Durante o ano de 2023, concentramos nossos esforços em fortalecer a cultura de liderança através de iniciativas como o projeto Líder Aprendiz. Este projeto pioneiro visou capacitar nossos líderes através de encontros presenciais, além de 56 mentorias online, totalizando mais de 70 horas dedicadas ao aprimoramento. Além disso, implementamos o programa Despertando Líderes, voltado para analistas e técnicos em preparação para assumir futuras posições de liderança. Esse programa ofereceu formação técnica e comportamental para capacitar os profissionais para os desafios que os aguardam. Em paralelo ao desenvolvimento da liderança, a Quality reforçou seu compromisso com a inclusão social. Continuamos a promover a igualdade, equidade e a diversidade em nossas práticas de recrutamento, com destaque para o programa de Vagas Afirmativas, que cria oportunidades para grupos socialmente desfavorecidos. Além disso, intensificamos nossos esforços no Grupo de Afinidades de DE&I (Diversidade, Equidade e Inclusão), além de diversas campanhas internas como DiversiLab, Pilula de Diversidade, Sua Cor é Única, entre outras, que visam promover uma cultura de empatia e respeito, encorajando a escuta ativa e o aprendizado contínuo sobre diversidade através das experiências e vozes de nossos colaboradores. **Desenvolvimento Social:** Em 2023 apoiamos o Projeto "Múltiplo o Bem" projeto que oferece oficinas de educação tecnológica para estudantes de 9 a 17 anos de escolas da rede pública de Barra do Riacho (Aracruz-ES) e Americana-SP. O objetivo do projeto é despertar o interesse dos alunos para conhecer mais sobre o tema e mostrar que a tecnologia não possui fronteiras e prepará-los para o mercado de trabalho com oficinas de: Robótica, Games, App e sites, Animação e Empreendedorismo Social. Foram 200 alunos participantes da rede pública impactados diretamente, além de professores e equipamentos entregues. À medida que avançamos para o próximo capítulo de nossa jornada, reafirmamos nosso compromisso com a excelência, a inovação e a criação de valor para todos os nossos stakeholders. Estamos empolgados com as oportunidades que o futuro nos reserva e ansiosos para continuar entregando soluções criativas para aprimorar a produtividade dos nossos clientes. Agradecemos a confiança e o apoio contínuos de nossos acionistas, parceiros, clientes e colaboradores. Juntos, estamos construindo um futuro promissor e sustentável para nossa empresa e para o mercado.

NOSSAS SOLUÇÕES

Promovemos aceleração digital com tecnologia de fronteira e alta performance, criando soluções digitais *end-to-end* para nossos clientes com estratégia inovadora, design de experiência e impacto direto no negócio.



DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

	2022	2023	Var %	4T2022	4T2023	Var %
Receita Líquida	225.657	237.689	5,3%	61.076	62.698	2,7%
ITO	110.151	118.299	7,4%	28.985	31.626	9,1%
DIG	115.506	119.390	3,4%	32.091	31.072	-3,2%

Receita líquida: A Cia. alcançou no 2023 o valor de R\$ 237,7 milhões (+5,3% vs. 2022), sendo R\$ 119,4 milhões referente linha de negócios Digital composta por: Commerce R\$ 60,7 milhões, Platforms R\$ 42,4 milhões e Business R\$ 16,3 milhões. A linha de ITO fechou com R\$ 118,3 milhões. Já no 4T2023 obtivemos uma receita de R\$ 62,7 milhões (2,7% vs. 4T2022), sendo R\$ 31,1 milhões das Linhas Digitais, e R\$ 31,6 milhões da Linha ITO.



A composição da receita líquida, a linha de Digital, que engloba as soluções digitais (Commerce, Business e Platforms) representou em 2023, 50,2% do volume total da receita líquida. A linha de negócio IT Optimization, foi responsável por 49,8% da receita líquida. Já no quarto trimestre de 2023, vemos um crescimento da Linha de negócio ITO, que alcançou a participação de 50,4%. Se comparado com o mesmo período do ano anterior, o crescimento do ITO está atrelado ao *upsell* da base de clientes.

	2022	2023	Var %	4T2022	4T2023	Var %
Lucro Bruto	64.077	67.727	5,7%	16.957	16.171	-4,6%
ITO	22.659	23.763	4,9%	6.259	5.855	-6,5%
DIG	41.418	43.965	6,1%	10.699	10.316	-3,6%

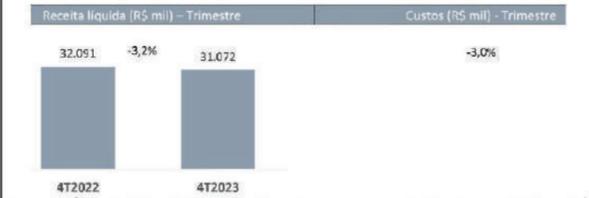
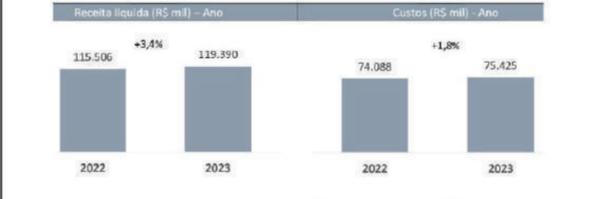
Lucro Bruto: A Cia. alcançou no 2023 o valor de R\$ 67,7 milhões (+5,7% vs. 2022), sendo R\$ 43,9 milhões referente linha de negócios Digital composta por: Commerce R\$ 25,2 milhões, Platforms R\$ 12,4 milhões e Business R\$ 6,4 milhões. A linha de ITO fechou com R\$ 23,7 milhões. Já no 4T2023 obtivemos lucro bruto de R\$ 16,2 milhões (-4,6% vs. 4T2022), sendo R\$ 10,3 milhões das Linhas Digitais, e R\$ 5,8 milhões da Linha ITO. A redução se refere, principalmente, a custos pontuais em alguns projetos no último trimestre.



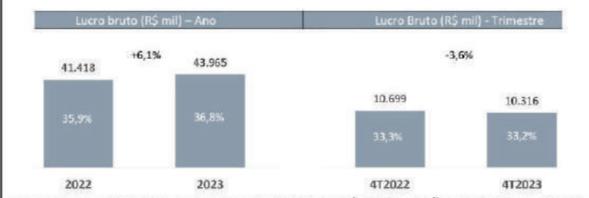
O impacto do crescimento das linhas digitais mostra que a estratégia adotada em alocar os principais talentos e recursos da Cia. vem surtindo efeito. O incremento da margem EBITDA e do Lucro está diretamente relacionado com a maior capacidade das Linhas Digitais gerarem maiores lucros operacionais. A composição do Lucro Bruto ou Margem bruta no ano de 2023 não teve alteração relevante em relação ao mesmo período de 2022, se mantendo estável em 65% oriundos dos negócios digitais. Já no 4º trimestre de 2023, tivemos uma redução da margem da linha ITO atrelado a custos pontuais.

Unidade DIGITAL

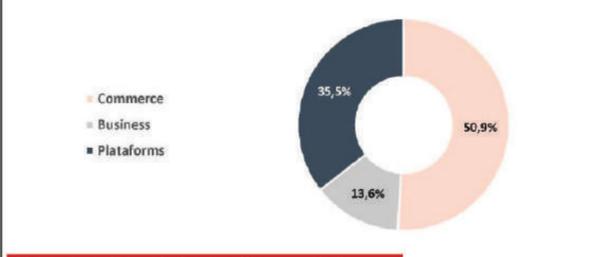
DIGITAL ("DIG"): As Linhas Digitais se dividem em 3 linhas ou unidades de negócio: (1) Commerce, (2) Business e, (3) Platforms. A Linha de Commerce é uma consultoria ágil de engenharia de software especializada em e-commerce. Apoiamos desde a estratégia de e-commerce até a sustentação das plataformas. Inovamos os negócios dos nossos clientes com a implantação de soluções *Omnichannel*, Plataformas Digitais e dados. A Linha Business é especializada na co-criação com nossos clientes de soluções de aceleração digital, digital factory, integração e sustentação de aplicações, além de aplicativos Móveis, Microserviços/Barramento de Serviços. A Linha Digital Platforms, possui soluções de **ESGRC** - Software integrado e data analytics, líder mundial reconhecido pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados, e **4AT (Automation)** - Software de hiperautomação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e TI.



Receita líquida DIG: A Linha Digital registrou uma receita líquida no 2023 de R\$ 119,4 milhões (+3,4% vs. 2022), com resultado positivo de R\$ 3.884 mil, já no quarto trimestre de 2023 obteve uma receita líquida de R\$ 31,1 milhões (-3,2% vs. 4T2022), redução de R\$ 1,0 milhão. O crescimento se deve especialmente pela entrada de novos clientes da linha Commerce, já a redução do trimestre foi resultado, se comparado com 2022, de vendas pontuais na unidade de negócios Platforms realizadas em 2022. Custo de DIG: Os custos acumulados de 2023 foram de R\$ 75,4 milhões (1,8% vs. 2022), aumento de R\$ 1.337 mil, no quarto trimestre de 2023 foram de R\$ 20,7 milhões (-3% vs. 4T2022). O crescimento do custo acumulado foi menor que o crescimento acumulado da receita, bem como a redução no 4º trimestre, demonstrando ganho de produtividade.

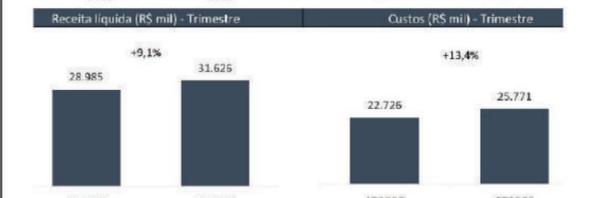


Lucro Bruto DIG: O lucro bruto no 2023 foi de R\$ 43,9 milhões (+6,1% vs. 2022), com margem bruta de 36,8%, ganho de 0,9 pontos percentuais em relação a margem bruta de 35,9% de 2022. No 4T2023 o lucro bruto foi de R\$ 10,3 milhões (-3,6% vs. 4T2022), com margem bruta de 33,2%, perda de 0,1 pontos percentuais em relação a margem de 33,3% do mesmo período de 2022. A melhoria no resultado no acumulado do ano é consequência direta do ganho de produtividade, consequência das sinergias realizadas ao longo de 2022 após a aquisição da ACCT. **DIG Breakdown:** A unidade de negócios Digital é composta por três grupos de produtos e serviços: Digital business, Digital Commerce e Digital Platforms. A primeira linha de negócios está atrelada a aceleração digital relacionada diretamente aos negócios dos nossos clientes. A linha Digital Commerce se refere a consultoria ágil de engenharia de software especializada em Commerce. A linha Platforms, está atrelada aos softwares de ESGRC, 4AT (Automação) e serviços correlacionados a implantação dessas ferramentas. Abaixo apresentamos o gráfico representativo com o percentual de cada linha Digital para o ano de 2023, acumulado até o mês de setembro.



Unidade de IT Optimization | Corporate IT

IT Optimization (Corporate IT): Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar otimizar processos operacionais de *Managed Services*, que englobam Service Desk com Platforms automatizada de autoatendimento omni-channel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urobot e e-mail), profissionais especialistas, Field Services, Gestão de Datacenter / Cloud e monitoramento de ambientes críticos NOC 24x7 (Network Operations Center) e Customer Experience Center.



Receita líquida ITO: A receita líquida em 2023, foi de R\$ 118,3 milhões (+7,4% vs. 2022), variação de R\$ 8,1 milhões, já no 4T2023 a receita líquida foi de R\$ 31,6 milhões (+9,1% vs. 4T2022), variação de R\$ 2,6 milhões. A performance positiva é consequência, principalmente, do incremento de receita na base de clientes, *upsell*. Custos de ITO: O custo total de 2023 foi de R\$ 94,5 milhões (+8,1% vs. 2022), aumento em R\$ 7,0 milhões, já no 4T2023 o custo foi de R\$ 25,8 milhões (13,4% vs. 4T2022), crescimento de R\$ 3,0 milhões. O aumento do custo refletiu o crescimento da receita proporcionalmente e foi impactado por custos pontuais.

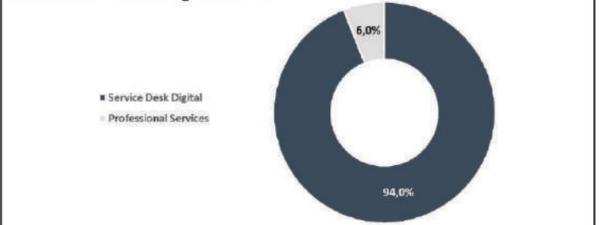


Lucro Bruto ITO: O lucro bruto no 2023 atingiu o valor de R\$ 23,7 milhões (+4,9% vs. 2022) e margem bruta de 20,1%, ganho de R\$ 1,104 mil em relação ao montante apurado em 2022, já no 4T2023 o valor do lucro bruto foi de R\$ 5,8 milhões (-6,5% vs. 4T2022) e margem bruta de 18,5%, perda de R\$ 404 mil. O leve crescimento no

Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

lucro bruto se deve a decisão estratégica e pontual de reduzir custos em detrimento ao crescimento em projetos de margens inferiores ao planejado, além de custos pontuais. **ITO Breakdown:** A unidade de negócios de ITO é composta por dois produtos principais. No gráfico abaixo, apresentamos a composição de receitas alocadas na Linha de negócio em 2023.



Como é apresentado no gráfico acima, 94% da receita da linha de negócios está atrelada a solução de Service Desk Digital, que possui soluções de atendimento remoto e presencial com contratos de LP e receita recorrente. A Cia. possui uma plataforma proprietária que acelera e automatiza o atendimento aos clientes. Com cerca de 6% da receita da linha de negócio, a operação de Professional Services, se refere a alocação de recursos especializada e dedicada para atender de forma customizada cada negócio, conforme a demanda do cliente.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

R\$ em mil	2022	2023	Var (%)	4T2022	4T2023	Var (%)
Despesas Gerais e Administrativas	33.893	34.270	1,1%	8.236	6.035	-26,7%
Despesas Gerais e Administrativas / Rol (%)	15,0%	14,4%	-0,6 p.p	13,5%	9,6%	-3,9 p.p
Despesas com pessoal	21.423	21.678	1,2%	5.593	6.987	24,9%
Despesas gerais e administrativas	3.507	4.441	26,6%	1.066	1.115	4,6%
Despesas com serviços prestados	5.750	5.404	-6,0%	1.379	1.462	6,0%
Depreciação e amortização	2.022	2.117	4,7%	562	(3.703)	-759,1%
Despesas com M&A	1.191	631	-47,0%	(364)	174	-147,8%

As despesas gerais e administrativas no ano de 2023 atingiram o valor de R\$ 34,27 milhões (1,1% vs. 2022), aumento de R\$ 377 mil em relação ao mesmo período de 2022. No 4T2023 as despesas foram de R\$ 6,0 milhões (-26,7% vs. 4T2022). O pequeno aumento das despesas no ano é explicado pela manutenção da estrutura eficiente, escalável à medida que adquire mais Cias. O quarto trimestre de 2023 foi impactado pela linha de depreciação e amortização, (após exaustivo estudo para atender as orientações do CPC 15 - R1), foi executado o estorno das baixas referente a amortização de ágio, efetuadas nos trimestres anteriores.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ em mil	2022	2023	Var (%)	4T2022	4T2023	Var (%)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(4.658)	(7.775)	66,9%	(4.484)	(7.412)	65,3%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas / Rol (%)	-2,1%	-3,3%	-1,2 p.p	-7,3%	-11,8%	-4,5 p.p

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no ano de 2023 atingiram o valor de R\$ 7.775 mil (+66,9% vs. 2022), este resultado é consequência da redução da dívida estimada pela aquisição da ACCT, referente a parcela atrelada a metas específicas dos vendedores (*earn Out*).

EBITDA e EBITDA AJUSTADO

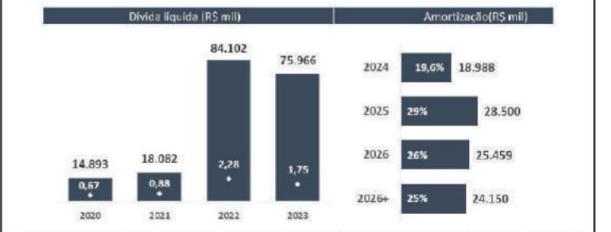
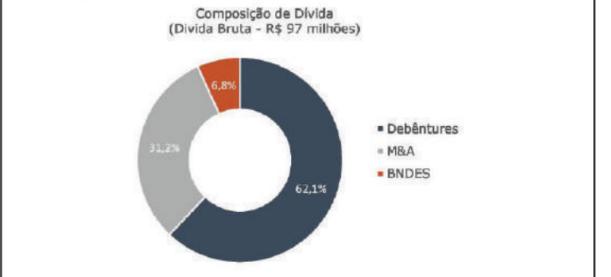
Reconciliação do EBITDA vs EBITDA Ajustado (conforme Resolução CVM 156/22)

R\$ em mil	2022	2023	Var (%)	4T2022	4T2023	Var (%)
Lucro Líquido	12.649	19.768	56,3%	7.316	11.311	54,6%
(+) IR e C.S.	5.247	6.068	15,6%	2.240	2.587	15,5%
(+) Resultado financeiro líquido	16.946	15.396	-9,1%	3.650	3.651	0,0%
EBIT	34.842	41.232	18,3%	13.206	17.548	32,9%
Margem EBIT	15,4%	17,3%	1,9 p.p	21,6%	27,99%	6,4 p.p
(+) Depreciação e Amortização	2.022	2.117	4,7%	562	(3.703)	-759,1%
EBITDA	36.864	43.349	17,6%	13.768	13.846	0,6%
Margem EBITDA (%)	16,3%	18,2%	1,9 p.p	22,5%	22,1%	-0,5 p.p
Ajustes!						
(+) Despesas extraordinárias (M&A)	1.191	631	-47,0%	(364)	174	-147,8%
(+/-) Outras receitas/despesas operacionais	(4.658)	(7.775)	66,9%	(4.484)	(7.412)	65,3%
Venda imóvel RJ	(180)	-	-100,0%	-	-	0,0%
Redução dívida de aquisição	(4.484)	(7.412)	65,3%	(4.484)	(7.412)	65,3%
Outros	6	(363)	-5712,2%	-	-	0,0%
(+) Itens não recorrentes	3.598	285	-92,1%	343	-	-100,0%
Sinergia operação ACCT	3.096	-	-100,0%	100	-	-100,0%
Nova Sede - Pinhais/Consultorias	397	71	-82,0%	194	-	-100,0%
Despesas advocaciais/consultorias pontuais	105	214	103,5%	49	-	-100,0%
EBITDA ajustado	36.995	43.349	17,6%	13.762	13.846	0,6%
Margem EBITDA (%) ajustado	16,4%	18,2%	1,8 p.p	22,5%	22,1%	-0,4 p.p

1 Ajustes executados de reconciliação, conforme resolução CVM 156 de 23/06/23. O quadro foi recomposto de forma a melhor se adequar as instruções da resolução acima. No ano de 2023 o EBITDA somou R\$ 43,3 milhões (+17,6% vs. 2022), com margem de 18,2% sobre a receita, ganho significativo devido, principalmente, ao incremento da receita, a melhoria operacional e a otimização das despesas. No 4T2023 o EBITDA fechou com R\$ 13,8 milhões (+0,6% vs. 4T2022), com margem de 22,1%.

DÍVIDA

Em março de 2023, a Cia. firmou aditivo à escritura de emissão de debêntures para incrementar em mais 1 ano o período de amortização do principal das debêntures. Resumidamente, o financiamento passou a ter as seguintes condições a partir do aditivo: volume total de R\$ 61 milhões, prazo de 6 anos, 2 anos de carência e custo de CDI + 3,1% a.a.



A alavancagem financeira reduziu de 2,28x EBITDA para 1,75x EBITDA se comparado com o mesmo período do ano anterior. Isso se deve as sinergias concluídas em 2022. A alavancagem está em linha com a política de endividamento da Cia.

LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO



Lucro líquido: A Cia. alcançou no 2023 o valor de R\$ 19,8 milhões (+56,3% vs. 2022), sendo R\$ 11,3 milhões referente linha de negócios Digital composta por: Commerce R\$ 6,4 milhões, Platforms R\$ 4,9 milhões e Business R\$ 0,0 milhões. A linha de ITO fechou com R\$ 11,3 milhões. Já no 4T2023 obtivemos uma receita de R\$ 11,3 milhões (0,0% vs. 4T2022), sendo R\$ 5,8 milhões das Linhas Digitais, e R\$ 5,5 milhões da Linha ITO.

R\$ mil	2022	2023	Var.	4T2022	4T2023	Var.
Lucro Líquido	12.649	19.768	56,3%	7.316	11.311	54,6%
Margem Lucro	5,6%	8,3%	2,7 p.p	12,0%	18,0%	6,1 p.p

O lucro líquido foi recorde em 2023 e atingiu o montante de R\$ 19,8 milhões (+56,3% vs. 2022), com margem líquida de 8,3%, no quarto trimestre de 2023, alcançou R\$ 11,3 milhões (+54,6% vs. 4T2022). O significativo resultado se deve, principalmente a: (i) Incorporação das empresas Premier IT e da ACCT, que permitiram a redução dos impostos sobre lucro; (ii) melhoria do lucro operacional, lastreado no crescimento das linhas digitais e, (iii) sinergia operacional após a aquisição da ACCT, e (iv) Redução do resultado financeiro líquido.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/23 é de R\$ 37.606 mil e é representado por 861.605 ações ordinárias.

Composição acionária	31/12/23	% do Capital	Votante
Fundo Tech Growth III	368.198	42,73%	
BNDES Participações S.A.	218.315		



Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

O exercício findo em 31 de dezembro 2023, foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não advogar pela Quality Software S.A. ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Em atendimento a RESOLUÇÃO CVM Nº 162, DE 13/07/22, declaramos que, para o período findo em 31/12/23, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações contábeis.

DRE - 4T2023

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
Períodos de três e 12 meses findos em 31/12/23 e de 2022
(Valores expressos em Reais)

	Consolidado				
	4T2022	AV	4T2023	AV	AH
Receita operacional líquida	61.076	100%	62.698	100%	2,7%
ITO	28.985	47,5%	31.626	50,4%	9,1%
DIG	32.091	52,5%	31.072	49,6%	-3,2%
Custos dos serviços prestados*	(44.118)	-72,2%	(46.527)	-74,2%	5,5%
ITO	(22.726)	-37,4%	(25.771)	-41,1%	13,4%
DIG	(21.392)	-34,8%	(20.756)	-33,1%	-3,0%
(=) Lucro bruto*	16.957	27,8%	16.171	25,8%	-4,6%
ITO	6.259	37,0%	5.855	36,3%	-6,5%
DIG	10.699	63,0%	10.316	64,7%	-3,6%
(=) Despesas/receitas operacionais	(3.751)	-6,1%	1.377	2,2%	-136,7%
Despesas com pessoal	(5.593)	-9,2%	(6.987)	-11,1%	24,9%
Despesas gerais e administrativas	(1.066)	-1,7%	(1.115)	-1,8%	4,6%
Despesas de serviços prestados	(1.015)	-1,7%	(1.636)	-2,6%	61,1%
Despesas com depreciação e amortização	(562)	-0,9%	3.703	5,9%	-759,1%
Outras receitas/despesas	4.484	7,3%	7.412	11,8%	100,0%
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	13.206	21,6%	17.548	28,0%	32,9%
Receitas financeiras	635	1,0%	568	0,9%	-10,5%
Despesas financeiras	(4.285)	-7,0%	(4.220)	-6,7%	-1,5%
(=) Lucro antes dos impostos	9.556	15,6%	13.897	22,2%	45,4%
IR e C.S. correntes	(4.237)	-6,9%	(875)	-1,4%	-79,3%
IR e C.S. diferido	1.997	3,3%	(1.711)	-2,7%	100,0%
(=) Lucro do exercício	7.316	12,0%	11.311	18,0%	54,6%

*A AV é calculada pela Receita Operacional Líquida correspondente.

DRE - 2023

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
Períodos de três e 12 meses findos em 31/12/23 e de 2022
(Valores expressos em Reais)

	Consolidado				
	2022	AV	2023	AV	AH
Receita operacional líquida	225.657	100%	237.689	100%	5,3%
ITO	110.151	48,8%	118.299	49,8%	7,4%
DIG	115.506	51,2%	119.390	50,2%	3,4%
Custos dos serviços prestados*	(161.580)	-71,6%	(169.962)	-71,5%	5,2%
ITO	(87.492)	-39,0%	(94.536)	-39,8%	8,1%
DIG	(74.088)	-32,6%	(75.426)	-31,7%	1,8%
(=) Lucro bruto*	64.077	28,4%	67.727	28,5%	5,7%
ITO	22.659	35,4%	23.763	35,0%	4,9%
DIG	41.418	18,3%	43.965	18,5%	6,1%
(=) Despesas/receitas operacionais	(29.235)	-13,0%	(26.495)	-11,1%	-9,4%
Despesas com pessoal	(21.423)	-9,5%	(21.678)	-9,1%	1,2%
Despesas gerais e administrativas	(3.507)	-1,6%	(4.441)	-1,9%	26,6%
Despesas de serviços prestados	(8.941)	-4,0%	(8.034)	-3,4%	-13,1%
Despesas com depreciação e amortização	(2.022)	-0,9%	(2.117)	-0,9%	4,7%
Outras receitas/despesas	4.658	2,1%	7.775	3,3%	66,9%
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	34.842	15,4%	41.232	17,3%	18,3%
Receitas financeiras	2.116	0,9%	1.935	0,8%	-8,5%
Despesas financeiras	(19.062)	-8,4%	(17.331)	-7,3%	-9,1%
(=) Lucro antes dos impostos	17.896	7,9%	25.836	10,9%	44,4%
IR e C.S. correntes	(10.790)	-4,8%	(5.061)	-2,1%	-53,1%
IR e C.S. diferido	5.543	2,5%	(1.007)	-0,4%	100,0%
(=) Lucro do exercício	12.649	5,6%	19.768	8,3%	56,3%

*A AV é calculada pela Receita Operacional Líquida correspondente.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVOS

Balancos patrimoniais individuais e consolidados Em 31/12/23 e 31/12/22
(Valores expressos em Reais)

Ativo	Consolidado				
	31/12/22	AV	31/12/23	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	21.311	9,7%	21.131	9,3%	-0,8%
Contas a receber	49.783	22,7%	55.256	24,2%	11,0%
Outras contas a receber	3.190	1,5%	5.653	2,5%	77,2%
Impostos e contribuições a recuperar	7.454	3,4%	11.024	4,8%	47,9%
Despesas antecipadas	4.174	1,9%	3.277	1,4%	-21,5%
Total do ativo circulante	85.912	39,2%	96.341	42,2%	12,1%
Não circulante					
Contas a receber	-	0,0%	617	0,3%	100,0%
Outros ativos não circulantes	1.269	0,6%	896	0,4%	-29,4%
Impostos diferidos	6.081	2,8%	5.074	2,2%	-16,6%
Imobilizado	4.565	2,1%	3.930	1,7%	-13,9%
Intangível	121.548	55,4%	121.202	53,1%	-0,3%
	133.462	60,8%	131.719	57,8%	-1,3%
Total do Ativo	219.374	100%	228.061	100%	4%

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVOS

Balancos patrimoniais individuais e consolidados Em 31/12/23 e 31/12/22
(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Consolidado				
	31/12/22	AV	31/12/23	AV	AH
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.007	0,9%	1.991	0,9%	-0,8%
Debêntures	112	0,1%	15.114	6,6%	100,0%
Fornecedores	9.628	4,4%	7.053	3,1%	-26,7%
Dívida por aquisição de empresas	5.314	2,4%	2.689	1,2%	-49,4%
Salários e encargos	7.943	3,6%	9.249	4,1%	16,4%
Provisões para férias e encargos	8.708	4,0%	9.925	4,4%	14,0%
Impostos e contribuições a recolher	4.442	2,0%	2.412	1,1%	-45,7%
Passivos com operações com arrendamento	434	0,2%	575	0,3%	32,3%
Dividendos a pagar	3.004	1,4%	4.694	2,1%	56,2%
Outras Obrigações	9.325	4,3%	13.609	6,0%	45,9%
Total do Passivo Circulante	50.919	23,2%	67.311	29,5%	32,2%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	6.545	3,0%	4.582	2,0%	-30,0%
Debêntures	59.935	27,3%	45.141	19,8%	100,0%
Dívida por aquisição de empresas	31.498	14,4%	27.580	12,1%	-12,4%
Passivos com operações com arrendamento	729	0,3%	282	0,1%	-61,3%
Impostos e contribuições parcelados	465	0,2%	380	0,2%	-18,3%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.334	0,6%	261	0,1%	-80,4%
Total do Passivo Não Circulante	100.506	45,8%	78.226	34,3%	-22,2%
Patrimônio líquido					
Capital social	37.606	17,1%	37.606	16,5%	0,0%
Reserva de lucros	30.438	13,9%	45.507	20,0%	49,5%
Ajuste acumulado de conversão	(95)	0,0%	(593)	-0,3%	527,6%
Participação dos acionistas não controladores	-	0,0%	4	0,0%	200,0%
	67.949	31,0%	82.524	36,2%	21,4%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	219.374	100%	228.061	100%	4%

DFC - FLUXO DE CAIXA

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto Em 31/12/23 e 31/12/22
(Valores expressos em Reais)

	31/12/23		31/12/22	
	AV	AH	AV	AH
FLUXO DE CAIXA				
Lucro líquido do período	19.768		12.649	
Ajustes para reconciliar o resultado do período				
Depreciações e amortizações	2.117	2.022	2.117	2.022
Aumento das provisões de férias e encargos	1.217	3.212	1.217	3.212
Reversão/Constituição com Perda Esperada de Liquidação Duvidosa (PECLD)	610	(1.593)	610	(1.593)
Adição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.079)	(140)	(1.079)	(140)
IR e C.S. diferidos, líquidos	1.007	(5.543)	1.007	(5.543)
Resultado com alienações, baixa de ativos	(493)	719	(493)	719
Encargos financeiros não realizados	(4.534)	3.855	(4.534)	3.855
Total	18.614	15.181	18.614	15.181
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Aumento/(redução) do caixa a receber	(6.700)	(13.138)	(6.700)	(13.138)
Aumento/(redução) outras contas a receber	(2.463)	(574)	(2.463)	(574)
Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	(3.569)	(2.576)	(3.569)	(2.576)
Aumento/(redução) dos fornecedores	(2.575)	(424)	(2.575)	(424)
Aumento/(redução) dos salários e encargos	1.306	2.440	1.306	2.440
Aumento/(redução) dos impostos e contribuições a recolher	541	2.895	541	2.895
Redução dos impostos e contribuições parcelados	(85)	(45)	(85)	(45)
Aumento/(redução) outros ativos não circulantes	372	(485)	372	(485)
Aumento/(redução) das outras contas a pagar	4.283	6.145	4.283	6.145
Aumento/(redução) das despesas antecipadas	897	(870)	897	(870)
IR e C.S. correntes pagos	(2.572)	-	(2.572)	-
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	8.049	8.548	8.049	8.548
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	-	(37.490)	-	(37.490)
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(1.134)	-	(1.134)	-
Caixa líquido proveniente das/aplicado nas atividades de investimento	(1.134)	(37.490)	(1.134)	(37.490)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(3.004)	(2.543)	(3.004)	(2.543)
Captação de empréstimos e financiamentos	59.726	59.726	59.726	59.726
Juros pagos sobre empréstimos	(157)	-	(157)	-
Pagamento de principal sobre empréstimos	(2.000)	(19.394)	(2.000)	(19.394)
Pagamento de dívida aquisição	(1.625)	-	(1.625)	-
Pagamento de arrendamento mercantil	(309)	(165)	(309)	(165)
Caixa líquido proveniente das/aplicado nas atividades de financiamento	(7.095)	37.624	(7.095)	37.624
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(180)	8.682	(180)	8.682
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21.311	12.629	21.311	12.629
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	21.131	21.311	21.131	21.311
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(180)	8.682	(180)	8.682

CONTROLE DE INDICADORES

OBRIGAÇÃO CONTRATUAL: Abaixo relacionamos os itens de controle, que visam atender os contratos de financiamento:

CONTAS BALANÇO PATRIMONIAL	2022	2023
Ativo Total:	219.374.312	228.060.515
Patrimônio Líquido:	67.949.095	82.523.862
Dívida Bancária Líquida	2022	2023
Caixa e equivalentes de caixa	21.310.879	21.131.364
(-) Empréstimos e Financiamentos	(68.600.321)	(66.828.721)
(-) Dívida Aquisição	(36.812.166)	(30.268.323)
(=) Dívida Bancária Líquida	(84.101.608)	(75.965.680)
EBITDA	2022	2023
Lucro Líquido	12.649.092	19.768.295
(+) IR e C.S.	5.247.068	6.067.782
(+) Resultado financeiro Líquido	16.946.030	15.395.723
(-) Depreciação e Amortização	(2.021.609)	(2.117.204)
(=) EBITDA	36.863.799	43.349.004
(+) AJUSTES	131.443	(6.859.086)
(=) EBITDA Ajustado	36.995.242	36.489.918
Índices	2022	2023
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	0,31	0,36
Dívida Bancária Líquida/EBITDA (DBL/EBITDA)	2,28	1,75
Dívida Bancária Líquida/EBITDA Ajustado (DBL/EBITDA Ajustado)	2,27	2,08

Balancos patrimoniais individuais e consolidados Em 31/12/23 e 31/12/22 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
		Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.069.954	7.358.076	21.131.364	21.310.879
Contas a receber	5	46.610.755	22.724.832	55.256.243	49.783.096
Outras contas a receber		5.389.752	1.132.193	5.652.998	3.190.09



Table with 10 columns: Capital social integralizado, Reserva Legal, Reserva especial para dividendos, Reserva de Lucros, Resultado do período, Ajuste acumulado de conversão, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Participação de Não Controladores, Patrimônio Líquido - Consolidado. Rows include Saldos em 31/12/21, Saldos em 31/12/22, Saldos em 31/12/23.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas Trimestres findos em 31/03/23 e 2022 (Valores expressos em Reais)

Contexto operacional: Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Cia.") atua no segmento de Tecnologia da Informação. A sede está localizada na Av. Oscar Niemeyer, nº 2000, sala nº 401, bl. nº 01, CEP 20.220-297, RJ - RJ. O registro na CVM (CVM) foi realizado em 03/12/13 na Categoria "A". A Cia. também possui registro B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) no segmento Bovespa Mais. Este segmento permite o ingresso das empresas sem oferta pública, mas determina um prazo, conforme definido no item 3.6.1 do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias da Bovespa Mais, para manter em circulação o mínimo de 25% do seu capital social em ações. Em 18/12/23 a B3 aprovou a extensão do prazo para atender o item 3.6.1 até 31/12/24. A Quality S.A. possui como missão acelerar os negócios de nossos clientes com soluções digitais criativas e inovadoras de alto valor. Possui foco em Omnichannel, desenvolvimento de Plataformas Digitais, Automação e Integração de Software, GRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Outsourcing de Tecnologia. A Cia. ajuda seus clientes a terem melhor performance operacional, governança e comunicação com seus clientes usando plataformas digitais, equipes especializadas e metodologias para promover a aceleração digital, transformar dados em valor e a experiência do cliente final. As principais receitas da Cia. são provenientes de: • ITO (Information Technology/Business Process Outsourcing): Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar de forma preventiva em processos operacionais de Managed Services, que englobam Service Desk com plataforma automatizada de autoatendimento omnichannel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urabot e e-mail), profissionais especialistas, Field Services, Gestão de Datacenter / Cloud e monitoramento de ambientes críticos NOC 24x7 (Network Operations Center) e Customer Experience Center. • DIG (Digital): A unidade Digital Serviços e plataformas tecnológicas especializadas na co-criação com nossos clientes de soluções inovadoras, aceleração digital, digital factory, integração, sustentação de aplicações e E-commerce. Construímos e inovamos os negócios dos nossos clientes com a implantação de soluções Omnichannel, Plataformas Digitais, Aplicativos Móveis, Microserviços/ Barramento de Serviços e Gestão de Identidade. Consultoria ágil de engenharia de software especializada em E-Commerce. Possuímos também Digital Platforms com soluções para: ESGRC - Integrado e Data Analytics, líder mundial reconhecida pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados. Plataformas Próprias - Plataforma financeira digital para registros de contratos entre os órgãos reguladores e as instituições financeiras. Possui como objetivo agilizar e aprimorar a segurança na validação das informações, como por exemplo contrato de financiamento de imóveis, para registro imobiliário. 4AT - Hiperautomação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e TI. 1.1. Continuidade operacional: A Cia. e suas controladas possuem uma carteira de clientes diversificada, não havendo concentrações de seus recebíveis em determinados clientes, sendo que nenhum cliente tem participação percentual superior a 7% do todo. Dessa forma, não afetando qualquer risco de continuidade operacional. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As presentes informações contábeis, individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024, para serem divulgadas. 2.1. Declaração de conformidade: Demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Para o IAS 34 é uma informação suplementar. 2.2. Base de apresentação: 2.2. Base de apresentação: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração da Cia. deve, no final de cada exercício social, fazer uso de determinadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriormente apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cia. e suas controladas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações (nota 10), avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente (notas 5 e 17), análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (nota 5), a redução do valor recuperável dos ativos intangíveis (software e ágio) (nota 11), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (nota 19). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.15. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Cia. opera ("moeda funcional"). 2.4. Consolidação: As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira, e compreendem as demonstrações contábeis da Cia. e de suas controladas. Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhes assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as Cias. consolidadas, sendo que as consolidações tomaram como parâmetro a data-base de 31/12/23. Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as Cias. consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos. As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Quality Software S.A e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação Participação Razão social País Relação em 31/12/23 em 31/12/22

Latin Technology	Brasil	Direta	100%	100%
Premier It	Brasil	Direta	-	100%
Qsw Next Tech	México	Direta	100%	100%
ACCT S.A.2	Brasil	Direta	-	100%
ACCT LLC	Estados Unidos	Direta	100%	100%
Acupula Consulting & Technology	Espanha	Direta	100%	100%
EVANSTON S.A.	Paraguai	Direta	98%	98%

1) Empresa incorporada em 1º/03/23, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8; 2) Empresa incorporada em 1º/09/23, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Quality Software S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. 2.5. Informações por Segmento: As informações reportadas ao principal tomador de decisões operacionais da Cia. para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho do segmento focam os tipos de serviços e produtos entregues. Contudo, como estes serviços e produtos possuem características semelhantes, a Administração da Cia. agrupou em um único segmento operacional. As informações por segmento são baseadas em informações utilizadas pela Administração, em que a Cia. e suas controladas definiram como sendo um único segmento de negócio; todavia, o monitoramento de desempenho de margem é efetuado de forma segregada entre os principais serviços e produtos da Cia., conforme prevê o CPC 22 - Informações por Segmento. Mantendo como forma de apresentação gerencial de nossos negócios o acompanhamento de receita e margens de operação dos nossos serviços como: prestação de serviços de Tecnologia de Informação (ITO e DIG) e venda de licença de softwares. O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na margem dos serviços e produtos, assim como as informações por área geográfica, nas quais possuem concentração na região sudeste do país, com desenvolvimento de atividades no exterior, ainda com resultados irrelevantes, para que possa ser efetuada a divulgação. Da mesma forma, a Cia. não possui concentração de clientes em mais de 7%, que possam ser considerados significativos para a operação. 3. Descrição das políticas contábeis materiais: As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Cia. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superior a três meses ou para os quais existem muitas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, sendo representados por certificados de depósitos bancários. 3.2. Contas a receber: São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao ajuste a valor presente (AVP), quando relevante. É constituída provisão para perda de crédito esperada em ativos financeiros, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização do saldo das contas a receber, considerando o histórico de recebimento e a situação de cada cliente. 3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 3.4. Investimentos: Os investimentos da Cia. em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Cia. exerce influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Cia. determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua controlada. A Cia. determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Cia. calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora. 3.5. Imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa nº 10. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. 3.6. Intangível: Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares (adquiridos ou formados), licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade, vinculados a combinações de negócios da Cia. e de suas controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados a cada ano, se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são avaliados ao fim de cada ano, se há alguma indicação de que um ativo intangível possa ter sofrido desvalorização, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a Cia. estima o valor recuperável desse ativo. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. 3.7. Ajuste por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Cia. e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o valor financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. 3.8. Instrumentos financeiros: 3.8.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: O CPC 48 - Instrumentos Financeiros contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

a) Classificação - Ativos e Passivos financeiros

Ativos financeiros (Circulantes e Não circulantes)	Classificação - CPC - 48
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Aplicações financeiras	VJR
Instrumentos financeiros derivativos	VJR
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros créditos	Custo amortizado

Passivos financeiros (Circulantes e Não circulantes)

Formecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Dívida por aquisição de empresas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

b) Impairment de ativos financeiros: A NBC TG 48/IFRS 9 institui que para análise de impairment de ativos financeiros as Cias. devem elaborar um modelo de perdas de crédito esperadas. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos mensurados ao custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA. O impairment para perdas esperadas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada, e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas dos últimos 12 meses. 3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para o liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 3.10. Provisões: 3.10.1. Geral: Provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cia. espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 3.10.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos ou internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.11. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. 3.12. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Cia. avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. 3.13. Impostos: 3.13.1. Impostos e contribuições sobre a receita: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquota	
Programa de Integração Social - PIS	0,65% e 1,65%
COFINS - COFINS	3,0% e 7,6%
Impostos sobre serviços - ISS	5%, 3% e 2%
CPRB (INSS desonerado)	4,5%

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. 3.13.2. IR e C.S. - corrente e diferido: A tributação sobre o lucro compreende o IR ("IRPJ") e a C.S. ("CSLL"). O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a C.S. é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 3.14. Resultado por ação: O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Cia., pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Cia., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potencialmente dilutivas em suas respectivas ações. 3.15. Uso de estimativas e julgamento contábeis críticos: 3.15.1. Geral: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados em ativos, passivos e outras transações. Estas estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado, e são continuamente revisadas. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Cia. atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. 3.15.2. Crítico: A Cia. se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos críticos que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir: (i) Perdas esperadas em contas a receber de clientes (nota 5); (ii) Valor justo de instrumentos financeiros (notas 3.8 e 8); (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida (notas 10 e 11); (iv) Reconhecimento de receita estimada e não faturada e contas a receber (notas 5 e 21); (v) Provisões, incluindo contingências (notas 15 e 19); (vi) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (notas 3.7 e 11); (vii) Combinação de negócio (notas 3.6 e 9). 3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contrato de Seguros: A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º/01/23. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Cia. A Cia. efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Cia., mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro; l. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Cia. ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two: Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23/05/23. As alterações introduziram uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two. A Administração determinou que a Cia. não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Cia. 3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estaram em vigor em 31/12/23: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Cia., a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/24; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/24; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/24; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedor, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/24; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/25; f) Em 20/10/23 a CVM publicou a resolução nº 193 que dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Nesta determina o caráter voluntário a opção de elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, pelas Cias. abertas, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º/01/24. Já em sua Art. 2º Fica estabelecida, para as Cias. abertas, a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do ISSB, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º/01/2026. Atualmente, a Cia. está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Cia. avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Cia. não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. 4. Reservas de lucro: a) Reserva legal: Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei. b) Reserva especial para dividendos não distribuídos: O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de Dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. 4.1. Destinação do lucro do exercício: A Administração propõe a destinação do resultado do exercício de 2023 conforme demonstrado a seguir:

31/12/23		
Lucro do exercício	19.762.967	
Constituição de Reserva Legal a)	988.148	
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	14.081.114	
Dividendos a pagar até 30/12/24	4.693.705	
A destinação do resultado foi serva aprovada em AGO (AGO), que ocorrerá no dia 30/04/24. 4.2. Resultado por ação: Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, foram reconciliados o lucro/prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:		
Controladora	31/12/23	31/12/22
Resultado disponível para as ações ordinárias	19.762.967	12.649.798
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	861.605	861.605
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	22,94	14,68
Não houve diluição do resultado apurado no período. 5. Eventos Subsequentes: A Cia. em fevereiro de 2024 contratou junto ao Banco do Brasil uma operação de ACC - antecipação de contrato de câmbio no valor de R\$ 4.952.000 com taxas de 6,75000 % a.a. com possibilidade de pagamento até janeiro de 2025.		

Julio Cesar Estevam de Brito Junior - Diretor Presidente; Rodrigo de Oliveira Torres - Diretor Financeiro e de RI Marlon Kichel - Contador - CRC PR077031



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

AAOs Acionistas, Conselheiros e Administradores da Quality Software S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Quality Software S.A. ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Quality Software S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA), são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Avaliação de *impairment* ativo imobilizado e intangível, principalmente aqueles com vida útil indefinida:** Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11 às demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia possui ativo imobilizado e intangível nos montantes de R\$ 3.929.746 e R\$ 121.202.190, respectivamente, tanto para controladora quanto consolidado, em 31 de dezembro de 2023. Parte substancial destes montantes se referem aos ágio pagos por expectativa de rentabilidade futura, alocados às correspondentes unidades geradoras de caixa ("UGCs"), cuja Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a Companhia e suas controladas realizam teste de redução ao valor recuperável, que envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, no qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Companhia atua podem gerar efeitos significativos no fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação quanto a indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos; • Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia e suas controladas com base nos relatórios de análise apresentados; • Avaliação das premissas adotadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação e de preços; • Revisão dos parâmetros de definição da taxa do custo médio ponderado de capital (WACC); • Recálculo do teste de recuperabilidade; e • Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, assim como, o cálculo de teste de recuperabilidade é consistente com os parâmetros determinados pela Companhia, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas:** As Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/23, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Cia. e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Cia. e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade

As demonstrações financeiras na íntegra se encontram na versão digital do jornal Diário do Acionista pelo site <https://diariodoacionista.com.br/>

Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28/03/24.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Robinson Meira Contadora
CRC 1 SP 244496/O-5-S-RJ

Economia

MG Participações, Empreendimentos e Serviços Ltda
CNPJ 14.562.588/0001-81 - NIRE: 3220911524.3
CONVOCAÇÃO - ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam convocados os sócios quotistas da Sociedade para se reunirem no dia 12/04/2024, às 11 horas na sede social da empresa situada na Av. João Cabral de Mello Neto nº 850, Bloco 2 West, Sala 215, CEO, Barra da Tijuca (RJ), CEP 22775-057, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Dissolução e extinção da sociedade. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. Marco Girelli - Sócio Majoritário. (27/03, 01 e 02/04/2024)

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
("Companhia") - CNPJ/MF nº 00.880.448/0001-58 - NIRE 33.300.162.178
Aviso Aos Acionistas
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio informa aos seus acionistas que se encontram à disposição na sede social da Companhia, com sede à Rua Almirante Grenfall, nº 405, Bloco Vermelho, 3º andar, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, os documentos a que se trata o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e suas alterações, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2023. Duque de Caxias, 28 de março de 2024. Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29/03/2024 e 02/04/2024)

Medeiros e Silva Administração de Bens Próprios, Empreendimentos e Participações Ltda.
CNPJ 23.045.386/0001-53
Ata de Reunião de Sócios: Aos 13/03/2024, às 14:00hs, reuniram-se na Avenida das Américas, nº. 19.005, Sala 620, Torre 1, Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22.790-703, Rio de Janeiro/RJ, os sócios da empresa **Medeiros e Silva Administração de Bens Próprios, Empreendimentos e Participações Ltda.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 23.045.386/0001-53, registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro - RCPJ, com registro do seu contrato social sob o nº 266057, datado de 29/07/2015, representando a totalidade do capital social. Como ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos: (a) aprovar a redução de R\$ 13.503.140,00 (treze milhões, quinhentos e três mil, cento e quarenta reais) do capital social, por ser excessivo às necessidades operacionais da sociedade, sendo: 1- Redução de R\$ 2.644.314,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais), referente a entrega do Barco Phantom 560, fabricado em 2016, registrado junto ao porto de Angra dos Reis sob o nº 441-391824-8, integrante do Ativo Imobilizado, pelo valor contábil, para as pessoas físicas de Nilton Souza da Silva e Maria da Guia Medeiros da Silva; 2- Redução de R\$ 6.447.004,00 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil e quatro reais), ao cancelamento de capital social não integralizado; 3- Redução de R\$ 4.411.822,00 (quatro milhões, quatrocentos e onze mil, oitocentos e vinte e dois reais), por amortização de prejuízos acumulados. Assim, com essas reduções, o Capital Social de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) passa ao valor de R\$ R\$ 6.496.860,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta reais), redução esta que resultará na extinção das quotas pertencentes, de forma proporcional à participação de cada um dos sócios no capital social, restituindo-se os valores correspondentes, em moeda corrente nacional, créditos e/ou bens; e (b) consignar, ainda, que a redução de capital só será iniciada após decorrido o prazo legal de noventa dias previsto no §1º do artigo 1.084 do Código Civil para a manifestação dos credores, conada das publicações exigidas por lei; e (c) aprovar o instrumento particular de 3ª Alteração do Contrato Social, da **Medeiros e Silva Administração de Bens Próprios, Empreendimentos e Participações Ltda.**, para redução do capital social de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para R\$ 6.496.860,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta reais), e outras alterações de acordo com a vontade dos sócios e Consolidação do Contrato Social, nos termos do texto que, assinado pelos sócios no dia de hoje, será arquivado pelos meios próprios, concomitantemente com a presente Ata, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro - RCPJ. Os termos desta ata foram aprovados por todos os sócios, que a subscrevem. RJ, 13/03/2024. Nilton Souza da Silva - Secretário da Mesa Sócio-Administrador, Maria da Guia Medeiros da Silva - Subsecretária da Mesa - Sócia, Nilton Souza da Silva Junior - Sócio, Vanessa Medeiros Dias da Silva - Sócia

Singlebuoy Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 04.787.793/0001-91 - NIRE 33.207.243.279
Ata de Reunião de Sócios
Data, Hora e Local: Aos 26/02/2024, às 10:00 horas, na sede da sociedade ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença das representantes da totalidade do capital social, a saber: (i) **SBM do Brasil Ltda.**, CNPJ/MF nº 01.662.868/0001-10 e NIRE 33.207.259.159, representada por **Maurizio Serusi**, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro nº V510871-Q e do CPF/MF nº 060.550.787-24 ("SBM do Brasil"); e (ii) **SBM Offshore do Brasil Ltda.**, CNPJ/MF nº 10.409.062/0001-05 e NIRE 33.208.224.936, representada por **Maurizio Serusi**, acima qualificado ("SBM Offshore") e, em conjunto com a SBM do Brasil, as "Sócias". **Mesa:** Presidente: **Maurizio Serusi**; Secretário: **Rodrigo Medeiros Mendes**. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) A cessão e transferência pela sócia SBM Offshore, de 1 quota representativa do capital social, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, encargos ou gravames, com valor de R\$ 1.150,00, à sócia SBM do Brasil, retirando-se da Sociedade. As sócias concedem-se, mutuamente, a mais plena e irrevogável quitação, para mais nada reclamarem uma das outras. (ii) A aprovação da incorporação da Sociedade pela SBM do Brasil, mediante a versão da totalidade do patrimônio líquido da Sociedade para a SBM do Brasil, com a consequente extinção da Sociedade ("Incorporação"). (iii) A nomeação e ratificação da **APSS Consultoria e Avaliações Ltda.**, inscrita no CRC/RJ sob o nº 005112/O-9, e no CNPJ/MF sob nº 08.681.365/0001-30 ("Empresa Especializada") e aprovação do Laudo de Avaliação. O acervo líquido da Sociedade foi avaliado no valor positivo de R\$ 4.935.470,94, com base no seu valor patrimonial contábil na Data-Base. (iv) A transferência de todos os ativos, passivos, direitos e obrigações da Sociedade para a SBM do Brasil, em decorrência da incorporação e a consequente extinção da Sociedade. Eventuais variações patrimoniais da Sociedade, ocorridas entre a Data-Base e esta data, serão absorvidas pela SBM do Brasil. (v) A autorização ao administrador da Sociedade a praticar todos os atos necessários à formalização da incorporação e extinção da Sociedade. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Rio de Janeiro, 26/02/2024. **Mesa:** **Secretário: SBM Offshore** - Presidente: **Rodrigo Medeiros Mendes** - Secretário: **Sócia retirante: SBM Offshore do Brasil Ltda.** Nome: **Maurizio Serusi** - Cargo: Administrador; **Sócia remanescente: SBM do Brasil Ltda.** Nome: **Maurizio Serusi** - Cargo: Administrador. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 28/02/2024 sob o nº 00006105004 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00201624-2 de 27/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voli - Secretário Geral.

EMPRÉSTIMOS

Governo assina repasse de R\$ 10 bi do Fundo Clima para o BNDES

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram ontem o contrato para execução de R\$ 10,4 bilhões pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

Trata-se do maior volume de recursos da história do fundo, criado em 2009, e que desde então possui uma carteira de contratos em vigor que soma R\$ 2,5 bilhões. Nos últimos quatro anos, no entanto, o fundo ficou praticamente parado, segundo o governo.

"Saímos do volume de recursos de R\$ 400 milhões [em média, por ano] para R\$ 10 bilhões, e esses recursos com certeza farão a diferença no processo de mudança do clima", afirmou Mercadante. Ele não informou quanto cada segmento vai ter de recurso disponível. O BNDES deve abrir uma plataforma específica com informações sobre cada projeto contemplado, incluindo desembolsos e andamento da iniciativa.

A carteira de R\$ 10,4 bilhões foi viabilizada ainda no ano passado, quando o governo federal realizou, pela primeira vez, uma emissão de títulos públicos sustentáveis no mercado internacional, que rendeu mais de US\$ 2 bilhões.

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizarem no dia 30 de abril de 2024, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 2 de abril de 2024. Maria Amalia Deifim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

SBM do Brasil Ltda.
CNPJ/MF nº 01.662.868/0001-10 - NIRE 33.207.259.159
47ª Alteração ao Contrato Social
Por este instrumento: **SBM Holding INC. S.A.**, constituída de acordo com as leis da Suíça, CNPJ/MF nº 05.707.998/0001-82, representada por **Maurizio Serusi**, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro nº V510871-Q e do CPF/MF nº 060.550.787-24 ("SBM Holding"); e **SBM Offshore do Brasil Ltda.**, com sede na Rua do Passeio, 38, Setor 1, salas 1.001 e 1.002 e Setor 2, salas 601, 602, 603, 604, 1.001, 1.002, 1.003, 1.004, 1.302 e 1.304, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF nº 10.409.062/0001-05 e NIRE 33.208.224.936, representada por **Maurizio Serusi**, acima qualificado ("SBM Offshore"). Na qualidade de representantes da totalidade do capital social desta sociedade ("Sociedade"), têm entre si este instrumento de alteração do Contrato Social, com as seguintes condições: 1. **Incorporação e Aumento de Capital.** As sócias aprovam, por unanimidade, os termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, celebrado entre a Sociedade e a **Singlebuoy Participações Ltda.**, com sede na Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, Salas 1.001, 1.002, 1.003 e 1.004, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF nº 04.787.793/0001-91 e NIRE 33.207.243.279 ("Singlebuoy"), com a extinção da Singlebuoy ("Incorporação"). Decidem as sócias, por unanimidade, aprovar a nomeação da **APSS Consultoria e Avaliações Ltda.**, CRC/RJ nº 005112/O-9, e CNPJ/MF nº 08.681.365/0001-30 ("Empresa Especializada"), para avaliar o patrimônio líquido da Singlebuoy a ser vertido pela Sociedade, substanciando em balanço patrimonial levantado em 31/01/2024 ("Data-Base"). O acervo líquido da Singlebuoy foi avaliado no valor positivo de R\$ 4.935.470,94. As sócias aprovam a incorporação da Singlebuoy pela Sociedade e a extinção da Singlebuoy, mediante a transferência de todos os ativos, passivos, direitos e obrigações da Singlebuoy para a Sociedade. Eventuais variações patrimoniais da Singlebuoy, ocorridas entre a Data-Base e esta data, serão absorvidas pela Sociedade. As quotas da Singlebuoy serão extintas no ato da incorporação e a sócia SBM Holding receberá integralmente as quotas criadas no aumento de capital social. As sócias, por unanimidade, aprovam o aumento do capital social no valor de R\$ 4.935.470,94, dos quais: (i) R\$ 4.935.470,00 serão destinados ao capital social mediante a emissão de 4.935.470 novas quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, as quais, mediante renúncia da sócia SBM Offshore ao seu direito de preferência, são integralmente subscritas e integralizadas pela sócia SBM Holding; e (ii) R\$ 0,94 serão destinados para a conta para adiantamento para futuro aumento de capital. O capital social no valor de R\$ 602.279.824,00, passará para R\$ 607.215.294,00. Fica alterado o *caput* da Cláusula Quinta do Contrato Social, que vigorará com a seguinte redação: **Cláusula Quinta - Capital Social.** O capital social da Sociedade, é de R\$ 607.215.294,00, dividido em 607.215.294 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00, cada uma, totalmente subscrita e integralizado em moeda corrente nacional, é distribuído da seguinte forma: **SBM Holding INC. S.A.**, 607.214.260 Quotas, R\$ 607.214.260,00, **SBM Offshore do Brasil Ltda.**, 1.034 Quotas, R\$ 1.034,00. **Total:** 607.215.294 Quotas, R\$607.215.294,00. As sócias autorizam o administrador da Sociedade a praticar todos os atos necessários à formalização da incorporação. 2. **Abertura de Filial.** Resolvem as sócias, por unanimidade, aprovar a incorporação do endereço da sede da Singlebuoy, na Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, Salas 1.001, 1.002, 1.003 e 1.004, Centro, Rio de Janeiro/RJ, como nova filial da Sociedade, e incluir, também, as salas 601, 602, 603 e 604 do mesmo imóvel, no endereço da nova filial a ser constituída. As sócias decidem incluir na Cláusula Segunda a nova filial, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: **Cláusula Segunda - Sede.** A Sociedade tem sua matriz localizada na Avenida Nossa Senhora da Glória, nº 2.987, Sala 304, Edifício Monte Gerolim, Cavaleiros, Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, CEP 27920-360, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.662.868/0001-10 e no NIRE nº 33.2.0725915-9, e filiais nos seguintes endereços: (i) Estrada das Figueiras, nº 1280, Galpão, Parte, Chácara Rio Petrópolis, Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25243-151, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.662.868/0003-81 e no NIRE nº 33.9.0097595-1; (ii) Rua José Alexandrino Buaiz, nº 300, 20º andar, sala 2001, parte K, Enseada do Suá, Cidade de Vitória, Estado de Espírito Santo, CEP 29050-545, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.662.868/0006-24 e no NIRE sob o nº 32.9.0046525-1; (iii) Rua Guaiabá, nº 66, Salas 1201 a 1216, Aparecida, Cidade de Santos, Estado de São Paulo, CEP 11035-260, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.662.868/0007-05 e no NIRE sob o nº 35.9.0508243-4; e (iv) Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, Salas 601, 602, 603, 604, 1001, 1002, 1003 e 1004, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, CNPJ em constituição. A Sociedade pode abrir, transferir e/ou fechar outras filiais de qualquer espécie, escritórios ou dependências, em qualquer localidade do País ou no exterior, por deliberação dos quotistas representando a maioria absoluta do capital social, fixando para os fins legais, quando necessário, o capital de cada uma delas, a ser destacado do capital social." 3. **Consolidação do Contrato Social.** Fica consolidado o Contrato Social, cuja redação, na íntegra, foi levada a registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, com este instrumento. Rio de Janeiro, 26/02/2024. **SBM Holding INC. S.A.** p. Maurizio Serusi; **SBM Offshore do Brasil Ltda.** p. Maurizio Serusi. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 28/02/2024 sob o nº 00006105012, 33901939967 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00201765-6 de 27/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voli - Secretário Geral.

O NOVO **PAC****É O GOVERNO FEDERAL
PELO RIO DE JANEIRO.****É MUITO
INVESTIMENTO****R\$
+368,7
bilhões**

Cada obra do **Governo Federal** é um investimento em mais qualidade de vida para o estado do **Rio de Janeiro**. É mais infraestrutura, saúde, trabalho, moradia, desenvolvimento e uma vida melhor. Isso é bom para todo mundo.

- 16 plataformas de produção de petróleo e gás natural
- 235km de gasoduto
- Uma unidade de processamento de gás – Rota 3
- Conclusão de 61 unidades de produção de petróleo e gás natural
- Melhorias na Refinaria Duque de Caxias
- Nova sede do Instituto Nacional de Câncer – INCA
- 6 novos campi do Instituto Federal
- 191 novos equipamentos do Novo PAC Seleções para saúde, educação, cultura e esporte
- Contenção de encostas em Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Rio de Janeiro
- Internet em 6.742 escolas
- Milhares de moradias do Minha Casa Minha Vida

É O BRASIL NO RUMO CERTO

Saiba mais em
gov.br/novopac

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores

CNPJ nº 33.775.974/0001-04

Balço patrimonial 31/12/23 e 2022 (Em MR\$)		
	31/12/23	31/12/22
Ativo	275.291	350.878
Circulante	213.448	298.134
Disponibilidades (Nota 4)	2.155	2.034
Aplicações interfinanceira de liquidez (Nota 5)	87.699	134.981
Instrumentos financeiros	62.877	54.752
TVM (Nota 6)	62.877	54.752
Outros créditos	58.338	103.788
Rendas a receber	2.767	4.697
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	49.375	86.382
Diversos (Nota 7)	6.196	12.709
Outros valores e bens	2.379	2.579
Despesas antecipadas	2.379	2.579
Não circulante	61.843	52.744
Outros créditos	53.060	40.558
Créditos tributários (Nota 13)	10.666	9.143
Diversos (Nota 7)	42.394	31.415
Imobilizado de uso (Nota 9)	4.743	6.692
Intangível (Nota 10)	4.040	5.494
Passivo	275.291	350.878
Circulante	197.337	267.234
Depósitos	117.334	136.256
Outros depósitos (Nota 11)	117.334	136.256
Outras obrigações	80.003	130.978
Sociais e Estatutárias	19.964	23.974
Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	2.512	9.483
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	51.274	91.581
Diversas (Nota 12.b)	6.253	5.940
Não circulante	19.057	17.447
Outras obrigações	19.057	17.447
Diversas (Nota 12.b)	16.925	15.509
Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	2.132	1.938
Patrimônio líquido (Nota 15)	58.987	66.197
Capital social	43.187	43.187
Reserva de lucros	15.710	23.010

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 e semestre findo em 31/12/23 (Em MR\$)			
	2º Semestre	Exercício	Exercício
	31/12/23	31/12/23	31/12/22
Receitas da intermediação financeira	37.070	69.042	84.353
Resultado de operações de crédito	0	0	102
Resultado de operações com TVM	36.648	67.447	84.301
Resultado de operações de câmbio	280	446	0
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	142	1.149	(50)
Resultado bruto da intermediação financeira	37.070	69.042	84.353
Outras receitas (despesas) operacionais	(22.079)	(39.243)	(23.178)
Receitas de prestações de serviços (Nota 17)	39.787	76.468	87.678
Despesas de pessoal	(25.575)	(45.880)	(46.746)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(32.863)	(62.919)	(58.258)
Despesas tributárias	(4.984)	(9.525)	(10.857)
Outras receitas operacionais	2.655	4.961	6.708
Outras despesas operacionais	(1.099)	(2.348)	(1.703)
Resultado operacional	14.991	29.739	61.175
Resultado não operacional	0	110	504
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações sobre o lucro	14.991	29.909	61.679
IR e C.S. (Nota 13)	(772)	(1.197)	(8.302)
Provisão para IR	0	0	(4.104)
Provisão para C.S.	0	(133)	(1.993)
Ativo fiscal diferido	(772)	1.330	(2.205)
Participações nos lucros	(17.695)	(38.196)	(44.039)
Participações nos lucros	(17.695)	(38.196)	(44.039)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício	(3.476)	(7.090)	9.338
Lucro/(Prejuízo) por ação - R\$	(20,22)	(41,24)	54,30

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 e semestre findo em 31/12/23 (Em MR\$)			
	Integração	Reserva Legal	Reserva Especial
	31/12/23	31/12/23	31/12/22
Saldo em 1º/01/22	39.578	2.813	17.304
Reserva de lucros (Nota 15.c)	-	467	5.269
Aumento de capital	3.609	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	9.338
Dividendos pagos (Nota 15.b)	-	-	(3.602)
Saldo em 31/12/22	43.187	3.280	19.730
Saldo em 1º/01/23	43.187	3.280	19.730
Reserva de lucros (Nota 15.c)	-	-	(7.090)
Prejuízo do exercício	-	-	(7.090)
Dividendos pagos (Nota 15.b)	-	-	(210)
Saldo em 31/12/23	43.187	3.280	12.430
Saldo em 1º/07/23	43.187	3.280	16.116
Reserva de lucros (Nota 15.c)	-	-	(3.476)
Prejuízo do semestre	-	-	(3.476)
Dividendos pagos (Nota 15.b)	-	-	(210)
Saldo em 31/12/23	43.187	3.280	12.430

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 e semestre findo em 31/12/23 (Em MR\$)			
	2º Semestre	Exercício	Exercício
	31/12/23	31/12/23	31/12/22
Atividades operacionais	(31.628)	(46.879)	(2.149)
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício	(3.476)	(7.090)	9.338
Ajustes ao lucro/prejuízo:			
Depreciação e amortização (Nota 16)	1.727	3.475	3.287
Ajuste a valor de mercado (MTM)	-	(1)	(1)
Provisão para contingências (Nota 14)	427	1.416	1.204
Provisão para tributos correntes e diferidos	772	(1.197)	8.302
Lucro/(prejuízo) ajustado do semestre/exercício	(550)	(3.397)	22.130
Aumento/redução de atividades operacionais	(13.446)	(8.125)	22.557
Operações de crédito	-	-	212
Outros créditos	56.343	32.948	141.204
Outros valores e bens	744	200	319
Depósitos	(16.147)	(18.922)	(26.344)
Outras obrigações	(58.572)	(49.583)	(162.227)
Atividades investimento	(39)	(72)	(1.499)
Aquisições e baixas de imobilizado e intangível	(39)	(72)	(1.499)
Atividades de financiamento	(210)	(210)	(2.836)
Aumento de capital	-	-	3.609
Dividendos pagos	(210)	(210)	(6.445)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(31.877)	(47.161)	(6.484)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	121.731	137.015	143.499
No fim do semestre/exercício (Nota 4 e 5)	89.854	89.854	137.015
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(31.877)	(47.161)	(6.484)

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31/12/23 (Em MR\$ exceto quando indicado):

1. **Contexto operacional:** A Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores ("Corretora" ou "Ativa Investimentos"), com sede na Av. das Américas, número 3.500, salas 314 a 318, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22.640-102, tem como objeto a realização de operações de compra e venda de TVM junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, câmbio, além de prestar serviços de administração de clubes e fundos de investimento, tendo como sua controladora a Avita Participações Ltda. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis:** Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, associadas às normas e instruções do CMN, do BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, a valores de mercado dos TVM, provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, a provisão para passivos contingentes e as provisões para perdas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. A Resolução BCB nº 2 de 20/02/20, estabeleceu critérios gerais e procedimentos para divulgação das demonstrações contábeis, com vigência a partir 01/21, incluindo: a) apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e do Lucro por Ação, bem como as alterações efetuadas na apresentação do balanço patrimonial. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28/03/24, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Corretora. A Administração avaliou a habilidade da Corretora continuar operando normalmente e está convencida de que a Corretora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. 3. **Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis mais relevantes adotadas pela Corretora são as seguintes: a) **Caixa e equivalente de caixa:** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. b) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro-rata dia" com base na taxa efetiva das operações. c) **TVM e instrumentos financeiros derivativos:** Os TVM estão classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (I) Títulos para negociação. (II) Títulos disponíveis para venda. (III) Títulos mantidos até o vencimento. Os TVM classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustados com contrapartida em conta de resultado; os títulos classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os TVM classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/10/2002, são ajustados ao valor de mercado. d) **Imobilizado de uso e intangível:** Registrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. e) **Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26/11/08. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios. f) **IR e C.S.:** As provisões para IR e C.S., quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O IR e a C.S. diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o IR à alíquota base utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10%, quando devido, sobre bases tributáveis, e de 15% para a C.S. A administração da Corretora, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/20, possui créditos tributários sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da C.S. sobre o lucro líquido. (Nota 13). g) **Demais ativos e passivos:** São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. h) **Lucro/prejuízo por ação:** É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos. i) **Reconhecimento de**

receita/despesa: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. j) **Resultado recorrente e não recorrente:** Conforme Art. 34 §4º, da Resolução BCB Nº 2/20, a Ativa Investimentos divulga o resultado não recorrente em nota explicativa, apresentando eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não são relacionados (ou estejam relacionados incidentalmente) com as atividades típicas da corretora. Não ocorreram resultados não recorrentes no exercício findo em 31/12/23. 4. **Disponibilidades:** O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos em bancos de primeira linha. 5. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31/12/22 e 31/12/23, os saldos da rubrica referem-se à posição bancada de operações compromissadas lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional, que caracterizam ativos de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com vencimentos em até 90 dias. 6. **TVM e instrumentos financeiros derivativos:** Em 31/12/23 e 2022, todos os TVM estão classificados para negociação.

Título	31/12/23			31/12/22		
	Valor de custo	Valor de mercado	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de mercado
Libre Negociação - Carteira Própria	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	489	489	489	-	-	16.538
Total	489	489	489	-	-	16.264
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	35.602	35.602	24.158	11.444	-	13.531
Fundo de Investimento liquidez - FILCB	26.786	26.786	26.786	-	-	22.957
Total	62.388	62.388	50.944	11.444	-	36.488
Total	62.877	62.877	51.433	11.444	-	54.752
7. Outros créditos	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais a)	-	42.394	-	-	-	31.415
Impostos a compensar	-	4.491	-	-	-	12.083
Adiantamentos salariais	-	138	-	-	-	97
Adiantamentos a fornecedores	-	1.567	-	-	-	529
Total	-	48.590	-	-	-	44.124
Circulante	-	6.196	-	-	-	12.709
Não circulante	-	42.394	-	-	-	31.415

a) O incremento do saldo de depósitos judiciais ao comparar 31/12/23 com 31/12/22, se deu pelo fato da Corretora estar realizando mensalmente um depósito referente ao processo de PIS e COFINS citado na Nota Explicativa 14, esse depósito é realizado com base no percentual de 5% do faturamento da Corretora, que antes estava coberto por uma carta fiança.

Descrição	31/12/23			31/12/22		
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final	Saldo Final
Imobilizações em curso	1.147	3	(1.139)	-	-	11
Instalações	22	-	-	(6)	-	16
Móveis e utensílios	839	54	-	(141)	-	752
Equipamentos de informática	2.992	17	-	(1.011)	-	1.998
Equipamentos de comunicação	397	53	-	(82)	-	368
Beneficiárias imóveis de terceiros	1.295	1.084	-	(781)	-	1.598
Total	6.692	1.211	(1.139)	(2.021)	-	4.743

As rubricas "Caixa de registro e liquidação" registram os valores a crédito e débito referentes a operações realizadas na B3 S.A., por conta própria e de clientes, bem como as correspondentes liquidações. As rubricas "Devedores - conta liquidação pendentes" e "Credores - conta liquidação pendentes" representam, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3 S.A.

Descrição	31/12/23			31/12/22		
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação/Amortização	Saldo Final	Saldo Final
Imobilizações em curso	6.360	1.093	(6.306)	-	-	1.147
Instalações	28	-	-	(6)	-	22
Móveis e utensílios	739	235	(34)	(101)	-	839
Equipamentos de informática	3.796	332	(89)	(1.047)	-	2.992
Equipamentos de comunicação	477	7	-	(87)	-	397
Beneficiárias imóveis de terceiros	1.876	-	-	(581)	-	1.295
Total	13.276	1.667	(6.429)	(1.822)	-	6.692

a) O montante de R\$6.261 estava registrado na rubrica de imobilizado em curso e após a sua conclusão foi transferido para a rubrica de intangível em janeiro de 2022. Esta transferência não teve impacto no resultado e no patrimônio líquido da Ativa.

Descrição	31/12/23			31/12/22		
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo Final	Saldo Final
Software	5.494	-	-	(1.454)	-	4.040
Total	5.494	-	-	(1.454)	-	4.040

11. **Depósitos:** Conforme Instrução Normativa nº 66 do BACEN/12/20, os depósitos referem-se a recursos de clientes disponíveis para negociação futura. Em 31/12/23 o saldo é de R\$117.334 (31/12/22 - R\$136.256).

12. **Outras obrigações:** a) **Fiscais e previdenciárias** 31/12/23 31/12/22

Provisão para impostos diferidos	2.132	1.938
Impostos e contribuições a recolher	2.512	9.483
Total	4.644	11.421

b) **Diversas** 31/12/23 31/12/22

Provisões trabalhistas (Nota 14.c)	4.166	3.481
Contingências fiscais (i) (ii) (Nota 14.c)	12.759	12.028
Fornecedores	6.138	5.734
Outras obrigações	115	206
Total	23.178	21.449

13. **IR e C.S.:** Demonstração da conciliação entre o IR e C.S. à taxa efetiva e nominal

	IR	CS	IR	CS
Resultado antes do IR e da C.S.	(8.287)	(8.287)	17.640	17.640
Alíquota média do semestre - alíquota vigente %	25%	15%	25%	15%
Adições	6.968	1.651	7.365	2.069
Exclusões	(733)	(733)	(725)	(725)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL antes da compensação	-	-	24.281	18.985
(-) Compensação prejuízos anteriores	-	-	(5.353)	(5.666)
Base de IRPJ e CSLL após compensação	(2.053)	(7.369)	18.928	13.289
IRPJ no resultado	-	-	(4.218)	-
CSLL no resultado	-	-	(133)	(1.993)
(-) PAT	-	-	114	-
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	-	-	(133)	(4.104)
IRPJ diferido no resultado	(29)	-	(1.259)	-
CSLL diferido no resultado	-	-	1.359	(946)
Total IRPJ e CSLL efeito diferido	(29)	-	1.359	(946)
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	(29)	-	1.226	(2.936)

Créditos tributários: A Corretora possui prejuízos fiscais e base negativa de IR e C.S. não registrados, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente. A Corretora também possui adições/exclusões temporárias na base do IR e C.S. sobre o Lucro Líquido. Em 31/12/23 e 31 de dezembro 2022 as bases de créditos tributários eram as seguintes:

Discriminação	31/12/23			31/12/22		
	Prejuízo fiscal	Base de CSLL	Outras despesas	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Totais
Saldo em 31/12/22	-	10.350	3.467	15.510	4.845	34.172
Prejuízo Fiscal/Base Negativa no semestre	2.053	7.369	-	-	-	9.422
Realização/Reversão	-	-	207	1.416	713	2.336
Saldo em 31/12/23	2.053	17.719	3.674	16.926	5.558	45.930

Com base na Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/20 e Resolução BCB nº 15 de 17/09/20, em 31 de dezembro de 2020 a Corretora constituiu crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa da C.S. sobre o Lucro Líquido e diferenças temporárias. Em 31/12/23 o crédito tributário apresentou a seguinte movimentação:

Discriminação	31/12/23			31/12/22		
	Prejuízo fiscal	Base de CSLL	Outras despesas	Pro		



Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores

CNPJ nº 33.775.974/0001-04

cio findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários das informações com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. RJ, 28/03/24.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Hugo Lisboa Ferreira Contador CRC 1R/116875/O-0.

Economia

CONTA DE LUZ

Haddad diz que governo Lula está preocupado com o custo da energia

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O custo da energia representa uma das principais preocupações atuais do governo, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele reuniu-se no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para discutir o cronograma de geração de energia a óleo e solar com os leilões de linhas de transmissão.

"Acredito que o ministro Alexandre até falou sobre esse assunto publicamente. Para que os cronogramas de geração e transmissão sejam compatíveis. A gente está envolvido porque a gente está preocupado com o custo de energia. A gente quer

gerar energia barata para poder tentar equacionar esse problema que foi sendo acumulado ao longo dos anos", declarou o ministro ao voltar do encontro.

O governo quer reduzir em 3,5% a conta de luz neste ano. Uma das medidas diz respeito ao atraso nos leilões de linhas de transmissão. Na semana passada, o primeiro leilão do tipo em 2024 levantou R\$ 18,2 bilhões em investimentos.

A Lei 14.120, de 2021, estabeleceu 48 meses para que os novos geradores de energia utilizem descontos nas tarifas. O governo quer estender o prazo em 36 meses porque a maior parte dos projetos não saiu do papel por falta de linhas de transmissão que não foram leiloadas.

De acordo com o ministro, alguns prazos não foram cumpridos porque as linhas de trans-

missão não tinham sido licitadas. "Já existiam autorizações, mas alguns prazos não foram cumpridos em virtude do fato de que não havia licitação das linhas de transmissão. Como esse processo foi concluído agora, você consegue abrir para ver se há manifestação de interesse. Na verdade, é aquela coisa de que os cronogramas de geração e transmissão ficaram descaçados", declarou.

A eventual prorrogação dos subsídios para usinas de energia renovável, declarou o ministro, não terá custo para o governo. "A gente está envolvido porque a gente está preocupado com o custo de energia. A gente quer gerar energia barata para poder tentar equacionar esse problema que foi sendo acumulado ao longo dos anos", justificou Haddad.

EXPORTAÇÕES

Movimento de carga no Porto de Santos cresce 30,4% em fevereiro

A movimentação de cargas no Porto de Santos em fevereiro cresceu 30,4% ante igual mês do ano passado, para 14,3 milhões de toneladas. Com esse resultado o volume movimentado no ano atinge 26,2 milhões de toneladas, 23,9% acima dos dois primeiros meses de 2023, "o maior desempenho já atingido nesse período", disse a Autoridade Portuária de Santos (APS) em nota.

O agronegócio foi o destaque, puxado pelo açúcar, que em fevereiro somou 2,1 milhões de toneladas (+136,3%) movimentadas - nos dois primeiros meses do ano são 4,2 milhões de toneladas (+98,8%). De soja foram movimentadas 4,0 milhões de toneladas no mês (+19,8%) e no acumulado do ano 4,2 milhões de toneladas (+21%).

Na nota, a empresa cita fertilizantes como produto que se sobressaiu dentre as cargas de importação, atingindo 693,2 mil toneladas no mês (+16,1%) e 1,5 milhão de toneladas no ano (+22,8%). "O milho também se manteve em crescimento no mês, com 145,4 mil toneladas (+78,7%), e queda de 21,9% no acumulado do ano (1,2 milhão de toneladas)", afirmou. "A celulose teve um bom desempenho, crescendo 14,9% no mês, ao atingir 648,7 mil toneladas, elevando o acumulado para 1,2 milhão de toneladas (-4,5%). As carnes tiveram aumento de 15,9% no mês (186,4 mil toneladas) e 11,3% na soma de janeiro e fevereiro (337,9 mil toneladas)."

A Autoridade Portuária destacou o aumento de 35,2% no

volume de todas as cargas destinadas à exportação no último mês. Foram 10,8 milhões de toneladas no mês e 18,8 milhões de toneladas no acumulado do ano (+27,2%). As importações apresentaram alta, fechando com 3,5 milhões de toneladas, 17,4% acima de fevereiro de 2023. As descargas também aumentaram no acumulado do ano, chegando a 7,4 milhões de toneladas (+16,1%).

Os embarques e descargas de contêineres atingiram 402,4 mil TEU (contêiner de 20 pés) no mês (+23,9%) e 813,2 mil TEU nos dois primeiros meses do ano (+20%). A movimentação dos graneis sólidos somou 7,7 milhões de toneladas no mês (+34,5%) e 12,7 milhões de toneladas na soma de janeiro e fevereiro (+25,6%).

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A (Companhia) realizada às 13:30 horas do dia 20 de março de 2024. LOCAL: no escritório da Companhia em São Paulo localizado na Avenida Ibirapuera, 2332, Subcondomínio Torres Empresariais do Ibirapuera, Edifício Torre Ibirapuera I, 9º andar, Indianópolis, São Paulo/SP. PRESENÇA: com a presença da maioria dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laíño, João Mário Lourenço Filho, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. MESA: Marcelo Leite Barros, Presidente. DELIBERAÇÕES: (I) O Conselho deliberou, por unanimidade, manifestar-se favoravelmente ao Relatório do Auditor Independente, ao Relatório da Administração e às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, recomendando a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, dos aludidos documentos e, em consequência, das contas da administração; (II) O Conselho deliberou, por unanimidade, propor aos acionistas, no tocante aos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o pagamento de dividendos no valor de R\$285.035.367,32 (duzentos e oitenta e cinco milhões, trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (após a dedução de 5% destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), a ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia e pagos em dezembro de 2024. O Conselho propôs, ainda, que a quantia remanescente do lucro líquido seja retida, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital referente ao exercício de 2024, orçamento este que será submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia; (III) O Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser oportunamente realizada para deliberar sobre as recomendações acima mencionadas, nos termos da proposta de administração a ser disponibilizada aos acionistas conforme Resolução CVM 81 de 29 de março de 2022; (IV) O Conselho aprovou, por unanimidade, na forma do disposto no artigo 5º do Estatuto Social, que regula as condições e o limite do capital autorizado da Companhia, o aumento do capital social no montante de R\$75.841.379,21 (setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e um, trezentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos), dentro do limite do capital autorizado, mediante a capitalização do valor da reserva de investimentos constituída em exercícios anteriores e utilizado para a execução do orçamento de capital com vistas a cumprir obrigação de integralização de capital social mínimo conforme exigência constante de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a ser firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O aumento ora deliberado não resultará na emissão de novas ações, nos termos previstos no art. 169, §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em decorrência do aumento deliberado, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.961.030.948,65 (três bilhões, novecentos e sessenta e um milhões, trinta mil e novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezesseis) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B', para R\$4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e oito mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezesseis) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'; (V) O Conselho aprovou, por unanimidade dos votos proferidos, a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia: (i) ajuste da alçada de competência do Conselho de Administração para aprovação de contratos das partes relacionadas e (ii) inclusão da previsão de competência da Diretoria para aprovação de contratos com partes relacionadas até o limite indicado no Conselho de Administração; (iii) ajuste do valor do capital social da Companhia, em razão do aumento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração. A proposta será submetida à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia; (VI) O Conselho aprovou, por unanimidade dos votos proferidos, proposta de alterar os artigos 5º, art.16, "I" e art.21, "o" do Estatuto Social para refletir as alterações aprovadas no item V acima e consolidá-lo. Os artigos modificados passarão a vigor com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 4.036.872.327,86 (quatro bilhões, trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte reais, e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezesseis) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil, duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e sessenta e seis) ações preferenciais classe 'A' e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe 'B'." Respeitado o disposto no artigo 6º abaixo, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.; "Artigo 16 - Compete ao Conselho de Administração: a) eleger e destituir, a qualquer tempo, os diretores da Companhia e fixar-lhes suas atribuições, por proposta do Diretor Presidente; b) atribuir a um dos Diretores da Companhia a função de Relações com Investidores; c) deliberar sobre a proposta do Diretor Presidente sobre as áreas de atuação dos demais Diretores; d) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais; e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; f) convocar a Assembleia Geral; g) manifestar-se sobre o Relatório de Administração e demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício; h) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures, conversíveis em ações ou não, e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; i) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 134 de 01/11/90; j) escolher e destituir os auditores independentes; k) autorizar prévia e expressamente a alienação, a oneração ou o arrendamento a longo prazo de bens do ativo não circulante da Companhia; l) autorizar prévia e expressamente qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer parte relacionada valor superior ao que for determinado em resolução do próprio Conselho de Administração; m) autorizar operações financeiras ativas e passivas de valor superior ao que for determinado em resolução do próprio Conselho de Administração; n) autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito; o) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral; p) deliberar sobre a constituição de subsidiárias ou a participação da Companhia em outras entidades; q) avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria; r) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto; s) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.;" "Artigo 21 - Compete, em especial, à Diretoria, sem prejuízo das demais disposições legais e estatutárias: a) aprovar a estrutura básica de organização da Companhia, bem como definir as atribuições das várias unidades da mesma; b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto; c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia; d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento; e) aprovar o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia; f) aprovar normas relativas às contratações; g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior; h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele colegiado; i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembleia Geral; j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar à Assembleia Geral Ordinária; k) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia; l) autorizar a constituição de procuradores, definindo-lhes os poderes; m) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das empresas de que seja acionista; n) aprovar prévia e expressamente qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer parte relacionada até o valor de delegação definido pelo Conselho de Administração; e o) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto. Fica aprovada, também, pelo Conselho, por unanimidade dos votos proferidos, a proposta de consolidação do Estatuto Social da Companhia. A proposta será submetida à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia (VII) O Conselho aprovou, por unanimidade dos votos proferidos, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia que terá como ordem do dia a deliberação das seguintes matérias: (a) alteração do Estatuto Social da Companhia para (i) ajuste da alçada de competência do Conselho de Administração para aprovação de contratos das partes relacionadas e (ii) inclusão da previsão de competência da Diretoria para aprovação de contratos com partes relacionadas até o limite indicado no Conselho de Administração; (b) alteração dos artigos 5º, art. 16, "I" e art. 21, "o" do Estatuto Social em razão das deliberações do item "a" acima; (c) Consolidação do Estatuto Social. (VIII) O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração e consolidação da Política de Compra de Serviços de Extra-Auditoria da MRS a ser adotada pela Companhia, conforme Anexo I à presente ata. Certidão da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome: MRS Logística S/A - Nire: 33.3.0016356-5 - Protocolo: 2024/00269909-9 - 21/03/2024. Certifico o arquivamento em 26/03/2024 e o registro sob o número: 00006149720.

Diário do Acionista
 Tels.: (21) 99122-4278

INSTITUTO OLGA KOS RIO DE JANEIRO - CNPJ: 45.792.424/0001-74			
ATIVO		PASSIVO	
Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2023 - R\$			
Circulante	31/12/2023	Circulante	31/12/2023
Banco conta Movimento	203	Projetos Captados	1.346.759
Aplicações Bloqueios - Projetos - Captados	1.346.759		1.346.759
	1.346.962	Não circulante	
Não circulante		Conta Transitória	17.870
Imobilizado Líquido	-		17.870
	-	Patrimônio Social	
Total do Ativo	1.346.962	Patrimônio Social	(17.667)
			(17.667)
		Total do Passivo	1.346.962
Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ - 2023			
	31/12/2023		31/12/2023
Receitas		Receita Operacional	
(+) Doações	683	(+/-) Despesas Subvenções	683
(=) Receitas	683	(-) Despesas Financeiras Subvenções	-
Termos e Convênios		Despesas Financeiras Termos e Convênios	-
(-) Receitas Subvenções	-	(-) Despesas Financeiras Subvenções	-
Receitas Subvenções	-	(+/-) Despesas Operacionais	-
Receitas Institucionais	-	(-) Despesas Gerais e Administrativas	-
Receitas Financeiras	-	(-) Despesas Financeiras	-
(=) Receitas Financeiras	-		-
Receitas Financeiras Subvenções	-	Despesa Operacional	
(=) Receitas Financeiras Subvenções	-	(=) Superávit (Déficit) do Exercício	(11.772)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício - R\$ - 2023			
	Déficit Acumulado	Ajustes de Exercícios Anteriores	Superávit / (Déficit) do Exercício
Saldo em 31/12/2022	(5.895)	-	-
Déficit do Exercício	-	-	(11.772)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	(5.895)	-	(11.772)
			(17.667)
Demonstração do Fluxo de Caixa - R\$ - 2023			
			31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit / (Déficit) do Exercício			(11.772)
Ajustes			
Depreciações e Amortizações			-
Superávit (Déficit) Ajustado			(11.772)
Variáveis nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em Aplicação Conta Bloqueio			-
(Aumento) Redução em Clientes			-
(Aumento) Redução em Adiantamentos			-
Aumento (Redução) em Fornecedores			-
Aumento (Redução) em Encargos Sociais			-
Aumento (Redução) em Encargos Fiscais			-
Aumento (Redução) em Contas a Pagar			-
Aumento (Redução) em Projetos Conta Bloqueio Captação			1.346.759
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			1.334.987
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado (Aumento) Redução			-
Caixa líquido usado nas atividades de Investimento			-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento conforme contrato de mútuo - Aumento (Redução)			11.870
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento			-
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa			1.346.857
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício			105
No fim do exercício			1.346.962
			1.346.857

ELEIÇÕES 2024

Nunes 'releva' fala de Tebet sobre não subir no palanque com Bolsonaro

JULIANO GALISI/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou ontem, que é "absolutamente natural" que a ministra do Planejamento, Simone Tebet, não suba no seu palanque na campanha à reeleição quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) estiver presente.

No sábado passado, em entrevista à CNN Brasil, a correligionária do prefeito foi questionada se subiria no palanque de Nunes, já que integram a mesma sigla. "Bolsonaro não estando (risos). A gente pode ir em dias diferentes", afirmou a ministra, que confirmou apoio a Nunes.

Para o prefeito, é normal haver discordância de opiniões entre membros de um mesmo grupo político. Por isso, é razoável que a ministra "escolha um momento em que não esteja presente o Bolsonaro" para participar da campanha.

Nunes afirmou ainda que considera sua campanha à reeleição uma "frente ampla" contra o pré-candidato do PSOL, deputado federal Guilherme Boulos. Congregando vários setores, disse o prefeito, a discordância de opiniões é ainda mais provável. "Vão ter setores que, às vezes, não concordam e não têm o mesmo posicionamento ideológi-

co", disse Nunes.

Tebet integra a gestão federal desde janeiro do ano passado e se aproximou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o segundo turno da eleição de 2022, na qual ficou em terceiro lugar para a Presidência. O apoio ao petista foi emitido com ressalvas e motivado por discordâncias em relação a Jair Bolsonaro, então candidato à reeleição.

NUNES E BOLSONARO

Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, se apresentava como pré-candidato à Prefeitura de São Paulo até o final do ano passado. No entanto, o ex-ministro não obteve apoio dentro do PL para seguir com a pré-campanha. O partido preferiu se aliar a Nunes, possivelmente indicando o vice na chapa.

A aliança de Nunes com Bolsonaro foi consolidada em um almoço no último dia 26. A aproximação com o ex-presidente motivou a saída de Marta Suplicy do MDB e do secretariado do prefeito. Em janeiro, Marta retornou ao PT, sigla que integrou durante três décadas e estava afastada desde 2015, e selou um acordo para ser a vice na chapa de Guilherme Boulos.

ENERGIA

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), determinou a abertura de processo administrativo para investigar a Enel. O objetivo, segundo ele, é "averiguar as falhas e transgressões da concessionária em relação às suas obrigações contratuais e prestação de serviço".

"O processo será feito com maior rigor, garantindo a ampla defesa, podendo acarretar, inclusive, a caducidade. Trabalhamos com afinco para garantir a

população, a qualidade dos serviços de energia", postou o ministro em seu perfil na rede social X, antigo Twitter.

No último dia 22, a Justiça de São Paulo condenou a Enel a indenizar clientes que ficaram longos períodos sem energia durante um apagão após as fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo, em novembro de 2023.

Em três casos, a empresa alegou que a interrupção foi provocada pelas chuvas, mas os juízes decidiram que cabe danos morais de R\$ 5 mil pela demora em



ANTÔNIO CRUZ/ABRASIL

restabelecer o serviço.

Além dessas ações, a Enel também foi multada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em R\$ 165,8 milhões

pelo mesmo apagão. Na ocasião, cerca de 2,1 milhões de pessoas ficaram sem luz, com o fornecimento de energia levando uma semana para ser normalizado.

Segundo o auto de infração, a Enel não prestou serviços de forma adequada. A companhia só acionou significativamente as equipes de manutenção – próprias e terceirizadas – em 6 de novembro, três dias após o temporal que derrubou árvores e comprometeu o abastecimento em diversas áreas da capital paulista e dos arredores.

Enel rebate ministro e diz cumprir 'todas as obrigações contratuais e regulatórias'

LUCIANA COLLET/AE

A Enel declarou ontem que "cumpre integralmente com todas as obrigações contratuais e regulatórias" relacionadas à concessão em São Paulo e disse reiterar seu compromisso "com a população em todas as áreas em que atua" e que "seguirá investindo para entregar uma energia de qualidade para todos". A nota é uma resposta à iniciativa do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira

Na nota, a Enel afirma que está implementando um plano estruturado que inclui investimentos no fortalecimento e na modernização da estrutura da rede, na digitalização do sistema e na ampliação dos canais de comunicação com os clientes,

além da mobilização antecipada de equipes em campo em caso de contingências.

Também diz que o plano contempla também o aumento significativo do quadro de pessoal próprio.

As falhas nos canais de comunicação da empresa, o déficit de equipes de campos e a terceirização de funcionários estão entre as principais críticas à Enel SP por parte da população e autoridades das esferas municipais, estaduais e federal.

MULTA

A Enel também informou que já pagou parte das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e disse que outras encontram-se "em fase de recurso, seguindo trâmi-

tes normais do setor".

Na manhã de ontem, Silveira disse que já foram aplicadas mais de R\$ 300 milhões em multas à concessionárias e nenhuma delas teria sido paga até o momento.

A companhia afirmou ainda que fez grandes investimentos para elevar a qualidade do serviço e enfrentar os desafios como os trazidos pelas mudanças climáticas. "Em São Paulo, desde 2018, quando assumiu a concessão, a Enel já investiu R\$ 8,36 bilhões, com média de cerca de R\$ 1,4 bilhão por ano, quase o dobro da média anual de R\$ 800 milhões realizada pelo controlador anterior."

Segundo a empresa, com reflexo dos investimentos, os indicadores operacionais DEC (que

mede o tempo médio durante o qual cada unidade consumidora fica sem energia elétrica) e FEC (que contabiliza o número de interrupções ocorridas) registraram melhora de quase 50% desde 2017, e estão melhores que as metas estabelecidas pela Aneel.

Por fim, o grupo italiano reiterou que pretende investir no Brasil US\$ 3,647 bilhões (aproximadamente R\$ 18 bilhões) entre os anos de 2024 e 2026, dos quais cerca de 80% serão investidos no segmento de distribuição.

Vale lembrar que além da área de concessão na região metropolitana de São Paulo, a Enel opera distribuidoras de energia no Rio e no Ceará. Além disso, também tem realizado investimentos em geração de energia renovável.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 24 do Termo de Securitização da Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 9ª (nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, às 09:15 horas, e em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º do art. 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA VALORIZA", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 01 de abril de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das Classes Sênior e Subordinada da 3ª (Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), e ADAR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4ª andar, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), ADAIR VENDRUSCOLO, inscrito no CPF/MF nº 142.420.280-91 ("Cedente"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores dos Titulares dos CRA ("AEI"), a ser realizada em 1ª (Primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das Classes Sênior e Subordinada da 3ª (Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio, devidos por Adair Vendruscolo Júnior", celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário em 3 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no dia 22 de abril de 2024, às 10:00 (dez) horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60 e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, no que couber ("Resolução CVM 81"), sendo a AEI realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A autorização para que o Cedente realize, a Cessionária, a cessão, em até 2 (dois) Dias Úteis antes do pagamento da próxima PMT, de (a) Contratos Mercantis em montante inferior ao Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, sendo certo que o valor restante será depositado na Conta Centralizadora em moeda corrente nacional, e/ou (b) Contratos Mercantis, com ônus ou gravames de qualquer natureza, em detrimento da Cláusula 3.1, (i) do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avengas", celebrado entre a Securitizadora, Adair Vendruscolo, inscrito no CPF sob o nº 142.420.280-91 ("Cedente") e o Adair Vendruscolo Júnior, inscrito no CPF sob o nº 944.779.901-97 ("Devedor"), celebrado em 03 de junho de 2022 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), sem que seja caracterizada uma hipótese de Evento de Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cláusula 7.3 do Termo de Securitização, e conforme cláusulas 7.2, (i), de cada uma das CPR-Fs (conforme definidas no Termo de Securitização), em virtude do descumprimento de uma obrigação não pecuniária relativa ao Contrato de Cessão Fiduciária. Em caso de aprovação das Ordens do Dia acima, a Emissora e o Agente Fiduciário estarão automaticamente autorizados a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização) que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados, no máximo, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail jma@vortex.com.br e contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRA Vendruscolo", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (1) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (2) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (3) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (1) último regulamento consolidado; (2) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (3) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (4) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AEI, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.5 do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), São Paulo, 02 de abril de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E DA 2ª SÉRIE DA 12ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e da 2ª Série da 12ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, celebrado em 18 de outubro de 2022 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, às 09:30 horas, e em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º do art. 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA EMBRAED", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 01 de abril de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 17ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Grinset Participações Ltda., celebrado entre a Canal Companhia de Securitização e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, às 09:45 horas, e em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º do art. 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA GRINSET", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 01 de abril de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

RIQUINHO

Morte de trabalhador: motorista de Porsche é indiciado por crime doloso

O 'riquinho' Fernando Sastre de Andrade Filho, de 24 anos prestou depoimento no 30º DP (Tatuapé) sobre o acidente em que ele matou o trabalhador Orinaldo da Silva Viana, de 52. O acidente foi na madrugada de domingo passado, na Avenida Salim Farah Maluf, no Tatuapé, na zona leste de São Paulo.

Andrade Filho dirigia um Porsche 2023 avaliado em mais de R\$ 1 milhão. Imagens do acidente indicam que ele estava acima da velocidade máxima permitida na via, que é de 50 km/h.

Ele bateu na traseira de um Renault Sandero branco que era dirigido pelo motorista de apli-

cativo Orinaldo da Silva Viana anos. Viana morreu, e um passageiro que estava no veículo ficou ferido.

Andrade Filho fugiu do local com ajuda da mãe, que disse aos policiais militares que atendiam a ocorrência que iria levar o filho ao hospital.

Embora o caso tenha sido registrado inicialmente como homicídio culposo (sem intenção de matar), o delegado Nelson Vinícius Alves, do 30º DP, decidiu indiciar Andrade Filho como autor de homicídio com dolo eventual, que se caracteriza

quando a pessoa assume o risco de matar. A alta velocidade é o aspecto usado pelo delegado

para tipificar o dolo eventual.

"Ele usou o carro como uma arma", afirmou Alves após o depoimento do motorista.

Segundo o delegado, Andrade Filho também vai ser indiciado por não prestar socorro e por causar lesão corporal ao outro ocupante do Sandero, o passageiro que Viana transportava.

Já a mãe do motorista não vai ser indiciada por ajudar o filho na fuga do local do acidente porque, segundo o motorista, o favorecimento pessoal praticado por familiar não caracteriza crime.

O delegado afirmou que a mãe não levou o filho a hospital nenhum, como alegou inicial-

mente - apenas retirou-o do local do acidente, para evitar que ele fosse conduzido à delegacia e submetido a exame que pudesse apontar embriaguez, por exemplo.

A conduta dos policiais militares, que deixaram o motorista embora, também será investigada, mas pela própria Polícia Militar. O delegado deixou claro que a Polícia Civil não vai tratar desse tema.

A velocidade em que o Porsche estava no momento do acidente será indicada pela perícia. Pelas horas passadas desde o acidente, nenhum exame conseguirá comprovar a eventual embriaguez do motorista.

ARTIGO 142

STF põe fim a lorota do 'poder moderador' das Forças Armadas

GABRIEL HIRABAHASI/AE

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, Edson Fachin e André Mendonça votaram ontem, contra qualquer interpretação que permita uma intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes da República ou que as classifiquem como um "poder moderador" durante crises institucionais. Com isso, a Corte formou maioria para invalidar a tese.

O placar está em seis a zero para derrubar a interpretação do "poder moderador" das Forças Armadas. Além de Fachin e Mendonça, os ministros Flávio Dino e Luís Roberto Barroso acompanharam o relator, ministro Luiz Fux. Ainda restam os votos dos ministros Alexandre de Moraes, Carmen Lúcia, Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. O julgamento será encerrado na próxima segunda-feira.

A ação julgada do STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. O partido questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. Bolsonaro frequentemente utiliza o trecho para defender uma intervenção militar "dentro da legalidade".

O julgamento começou na última sexta-feira, com Fux afirmando, em seu voto que a Constituição não encoraja ruptura democrática. O ministro também afirmou que a interpretação do artigo 142 da Constituição deve ser feita considerando todo o sistema legal brasileiro,



VALTER CAMPANATO/A BRASIL

especialmente no que diz respeito à separação dos Poderes. Fux também lembrou que as Forças Armadas não são um Poder, mas sim uma instituição à disposição deles.

"Qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição", disse o ministro em seu voto, acrescentando ser urgente "constranger interpretações perigosas que permitam a deturpação do texto constitucional e

de seus pilares e ameacem o Estado Democrático de Direito".

GILMAR

No seu voto, Gilmar Mendes afirmou que via com "perplexidade" a necessidade do STF em "afastar certas pretensões que seriam consideradas esdrúxulas na vasta maioria das democracias constitucionais". Segundo o magistrado, o Supremo está reafirmando que a "Constituição não admite soluções de força".

"Diante de tudo o que temos observado nesses últimos anos, todavia, faz-se necessária a intervenção do Supremo Tribunal

Federal para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admite soluções de força", pontuou o ministro.

Gilmar também declarou que as manifestações bolsonaristas que pedem uma intervenção militar por meio do artigo 142 da Constituição são um desdobramento de um processo de protagonismo político das cúpulas militares no País.

"De 2013 em diante, contudo, tem se observado um paulatino processo de reintrodução do protagonismo político das altas cúpulas militares, em nítida reedição de práticas cuja incompatibilidade com a Constituição hoje nós podemos perceber com inequívoca clareza", afirmou.

DINO

No domingo passado, data em que o Golpe Militar de 1964 completou 60 anos, Dino (foto) votou contra o "poder moderador" das Forças Armadas, afirmando que não existe um "poder militar". "O poder é apenas civil, constituído por três ramos unidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna", destacou.

Dino também usou o seu voto para criticar a ditadura militar (1964-1985), período que ele chamou de "abominável". "O Estado de Direito foi destruído pelo uso ilegítimo da força", pontuou. "São páginas, em larga medida, superadas na nossa história. Contudo, ainda subsistem ecos desse passado que teima em não passar, o que prova que não é tão passado como aparenta ser", completou.

CASO MARIELLE

Juíza barra ordem do TCE-RJ para pagar R\$ 581 mil a Brazão

PEPITA ORTEGA/AE

A juíza Georgia Vasconcelos, da 2ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, suspendeu uma decisão do presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que havia determinado o pagamento de R\$ 581 mil em férias não gozadas ao conselheiro Domingos Brazão, preso sob suspeita de ter mandado matar a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes.

A decisão foi assinada ontem, no bojo de uma ação popular movida pelo deputado estadual Tarcísio Motta (PSOL). A magistrada deu 24 horas para que o pagamento seja suspenso, "sob pena de responsabilização criminal do servidor responsável pelo cumprimento".

A decisão questionada por Tarcísio foi assinada em março pelo conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, na esteira de uma decisão da Corte que concedeu a Brazão o direito de tirar 360 dias de férias. Segundo o deputado estadual, o presidente do TCE do Rio acolheu

um pedido de Domingos Brazão e converteu em pecúnia - ou seja, autorizou o pagamento em razão do não gozo - do 'extenso período de férias' do suposto mandante da execução de Marielle.

O período em questão é relativo aos anos em que Domingos Brazão ficou afastado de suas atividades em razão de ordem do Superior Tribunal de Justiça. O conselheiro ficou alijado de suas funções entre 2017 e 2022 sob suspeita de fraude e corrupção investigadas na Operação Quinto do Ouro, desdobramento da Operação Lava Jato.

Na época, o inquérito apontou que Brazão e outros quatro conselheiros do TCE - José Gomes Graciosa, Marco Antônio Alencar, Aloysio Neves e José Maurício de Lima Nolasco - estariam envolvidos em um esquema de desvios em contratos públicos. A suspeita era a de que eles receberiam uma 'caixinha' de 1% dos contratos firmados entre empreiteiras e o Estado e, em troca, a Corte de Contas deixaria de fiscalizar as obras.

NOVA FRIBURGO

MPRJ denuncia oito que atacaram deputada

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Promotoria de Investigação Penal de Nova Friburgo denunciou oito pessoas que proferiram ofensas verbais, empurraram e atacaram com garrafas, pedras e ovos, a deputada estadual Lucia Marina dos Santos (PT), conhecida como Marina do MST. Os crimes foram praticados em agosto de 2023, durante um encontro da parlamentar com a população de Lumiar, na região serrana do Rio. A denúncia foi recebida ontem pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca da cidade.

Foram denunciados Jailton Barroso Eller, por incitar publicamente a prática de crime, Wanderlêi Araujo, Leandro Nascimento Longo, Manoel João Leal, Marcos Halley da Silva Klein, Aderlã de Oliveira Frez, Maria Conceição Costa e Samara Thuller de Oliveira, por injúria real e constrangimento ilegal.

De acordo com a denúncia, um dia antes do evento, por meio de um aplicativo de mensagens, Jailton incitou pessoas a comparecerem ao local para impedir a realização do encontro, que supostamente estaria programado com a finalidade de invadir terras.

No dia 12 de agosto do ano passado, os outros sete denunciados compareceram ao local,

acompanhados de várias outras pessoas não identificadas e passaram a xingar a deputada, que foi violentamente empurrada para fora do coreto da praça de Lumiar, lugar marcado para a reunião. Os denunciados e seu grupo ainda passaram a arremessar líquidos e garrafas na direção da parlamentar.

Escortada pela Polícia Militar, a deputada e seu grupo seguiram até o pátio do posto de policiamento, onde realizaram a reunião, mas acompanhados de perto pelos opositores, que continuaram a gritar palavras de ordem e jogar ovos e garrafas contra a parlamentar e seu grupo.

A Promotoria de Investigação Penal de Nova Friburgo ainda propôs para outras três pessoas que praticaram crimes de menor potencial ofensivo o pagamento de um salário-mínimo, proibição de se ausentar da comarca onde residem por mais de 20 dias, sem prévia autorização do juiz e comparecimento obrigatório à Justiça, a cada dois meses, para informar e justificar suas atividades.

Lumiar fica a 30 quilômetros do centro de Friburgo, dentro da Reserva Florestal de Macaé de Cima. Tem dezenas de cachoeiras, trilhas, hotéis, passeios, acampamentos, muito apreciados por jovens e uma população de cerca de 5 mil habitantes.

GENERAIS DITADORES

UFPR revoga títulos de doutores 'honoris causa' de golpistas de 64

HEITOR MAZZOCO/AE

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) informou ontem, ter revogado os títulos de doutores 'honoris causa' dos ex-presidentes do período militar Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Ernesto Geisel. O ato ocorreu um dia depois de o golpe de 1964 completar seis décadas.

O reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, afirmou que a revogação é medida necessária diante dos acontecimentos durante o período militar no Bra-

sil. "Revogar os títulos de doutores honoris causa dados aos presidentes da República da época da ditadura militar brasileira - que na época ditatorial eram chefes de estado e de governo, chefes supremos das Forças Armadas, articuladores e executores centrais das políticas de repressão e do terror de Estado, condutores de regimes de força que levaram adiante horrores, torturas, mortes e supressão de direitos, de liberdades e da própria democracia - parece que é medida necessária para uma instituição como a

Universidade Federal do Paraná", disse o reitor.

Pelo X, antigo Twitter, Fonseca afirmou ainda que a "instituição renovou hoje seu compromisso com a democracia, com a memória, com a verdade, com a justiça, com o presente e com o futuro. Ditadura, nunca mais!".

Uma reunião de pouco mais de duas horas e meia ontem decretou a revogação por meio de votação. De acordo com informações publicadas pela universidade, o primeiro título foi entregue a Castelo Branco no dia

31 de julho de 1964. Já Costa e Silva foi agraciado em 18 de setembro de 1968. Por fim, em 13 de janeiro de 1976, foi a vez de Geisel ser homenageado com a honraria, que só foi entregue para o penúltimo presidente do período militar em 1981.

O reitor, que relatou o processo, afirmou ainda que "não pode deixar de respeitar continuamente o passado na sua real espessura e deve a cada momento se vacinar contra as 'artimanhas da memória' que ainda hoje atuam para distorcer, para deturpar, para desinformar".

GENOCÍDIO EM SP

Operação é encerrada após 56 mortes e mais de 1000 prisões na Baixada Santista

FABIO GRELLET/AE

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) de São Paulo anunciou ontem, o encerramento da Operação Verão realizada na Baixada Santista. Durante os 105 dias em que policiais do interior e da capital foram deslocados para trabalhar na região, a polícia apreendeu 1.025 adultos e apreendeu 47 menores de 18 anos, 2,6 toneladas de drogas e 119 armas de fogo ilegais, segundo a pasta. Neste período, houve 56 mortes pela polícia (uma a cada dois dias).

A ação foi criticada pela alta letalidade policial, o que já havia ocorrido em 2023 na Operação Escudo, e por acusações de excesso pelos PMs - famílias dizem haver inocentes entre os

mortos. O governo nega irregularidades e diz investigar os casos. O Estado também atribuiu a necessidade do policiamento ostensivo ao avanço do crime organizado na região.

Conforme a SSP, os roubos em Santos, São Vicente e Guarujá diminuíram 25,8% no primeiro bimestre deste ano, quando comparado ao mesmo período de 2023. Em toda a Baixada Santista, fevereiro de 2024 foi o mês com a menor taxa de roubos da série histórica, iniciada em 2001.

O encerramento da Operação, ainda segundo o Estado, se deve ao aumento do efetivo permanente nas principais cidades da Baixada Santista. Desde o fim de fevereiro, 341 PMs, entre soldados, cabos e sargentos, passaram a atuar na região. Também

está previsto o aumento de policiais civis - a formação de novos agentes deve ser concluída ao longo deste ano.

Até fevereiro, quase 30 denúncias haviam sido encaminhadas pela Ouvidoria das Polícias ao governo. Em 8 de março, duas entidades da sociedade civil - a ONG Conectas e a Comissão Arns - denunciaram o que classificaram como "operações letais e escalada da violência policial na Baixada Santista, em São Paulo, promovida pelo governador" no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Suíça).

Ao se referir à denúncia, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) ironizou: "Nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. O pessoal

pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí", disse.

Ontem, o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derite, elogiou a operação: "A operação cumpriu os seus objetivos, seja capturar alvos identificados por um trabalho de inteligência conjunto entre as polícias como reduzir os índices criminais na Baixada Santista. Agora, com a ampliação do efetivo, podemos dar continuidade a esse combate, que será constante", afirmou.

Segundo ele, a região é uma das mais desafiadoras do Estado para o combate ao tráfico de drogas em razão da proximidade do Porto de Santos, usado para o escoamento de drogas para a Europa e a África.

STF

Gilmar: é necessário relembrar golpe de 64

HEITOR MAZZOCO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse em seu perfil no X (antigo Twitter) ser necessário recordar o golpe de 1964, que levou os militares ao comando do País, para que as violências cometidas não se repitam.

"A luta contra o abuso de poder é também a luta da memória contra o esquecimento. Hoje e sempre, é preciso recordar o golpe de 1º de abril de 1964 e suas gravosas consequências para o desenvolvimento institucional do Brasil. É fundamental que, ao registrarmos a passagem dessas

seis décadas, rememoremos as violências e as violações cometidas, a fim de que tal estado de coisas jamais se repita. Ditadura nunca mais", afirmou o magistrado.

Também ontem, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, lembrou do golpe militar. "Na vida é preciso olhar para a frente e virar a página. mas sem arrancá-la da história", disse, recomendando um artigo de sua autoria: "Na parte I do artigo abaixo, narro o período histórico que começou com o golpe de 1964, passa pelo AI-5, os anos de chumbo e o caso do regime militar, com a Constituição", afirmou ele.



SANGUESSUGA

Foragida da Justiça, ex-deputada é presa na Baixada Fluminense

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

A Polícia Federal prendeu, ontem, a ex-deputada federal Almerinda Filgueiras de Carvalho, que estava foragida da Justiça. Segundo a PF, a prisão é decorrente de investigações que remetem ao ano de 2006, à Operação Sanguessuga, também conhecida como Máfia das Ambulâncias, deflagrada para desarticular um grupo criminoso formado por parlamentares e empresários que fraudavam licitações para aquisição de ambulâncias em prefeituras de, ao menos, 20 estados.

Almerinda, de 72 anos, foi condenada pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com pe-

na de nove anos de reclusão. A ex-deputada ocupa, atualmente, o cargo de secretária municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Igualdade Racial na prefeitura de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A prisão ocorreu na própria secretaria, segundo a PF.

Após a formalização da prisão, ela foi levada à Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu para os procedimentos de praxe. De lá, Carvalho será encaminhada ao Instituto Médico Legal para a realização de exame de corpo de delito, e posteriormente ao sistema prisional do estado, onde permanecerá à disposição da Justiça, conforme informou a PF.

EPIDEMIA DE DENGUE

Cresce demanda por doação de sangue no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Instituto estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (Hemorio) está lançando uma campanha para incentivar as doações de plaquetas por causa da epidemia de dengue, com o registro de mais de 168 mil casos, contabilizados até o dia 27 de março no estado. Antes da epidemia, a média era de quatro doadores de plaquetas por dia no Hemorio, número suficiente para atender a rede hospitalar. Atualmente, o hemocentro precisa de 10 doadores por dia para atender à nova demanda.

O diretor do Hemorio, Luiz Amorim, explica que as doações de plaquetas são essenciais para garantir o tratamento para pacientes que possuem a forma grave da doença, já que ajudam a controlar as hemorragias. "A dengue geralmente vem acompanhada de queda na contagem de plaquetas. Nos casos graves pode haver também sangramentos, que às vezes são vultosos. Nessas situações de diminuição das plaquetas combinada com hemorragia, a transfusão de plaquetas pode ser muito necessária".

Para obter uma bolsa com uma dose de 200 mililitros (ml) de plaquetas, são necessárias cinco doações de sangue. O processo de doação de plaquetas também é diferente da coleta nas doações comuns. O doador é conectado a uma máquina, chamada aférese, para onde o sangue extraído da veia é enviado e filtrado, extraindo-se apenas as plaquetas. Já sem este componente, o sangue

volta para o corpo do doador. O processo leva, em média, uma hora.

"As doações de plaquetas são menos conhecidas pela população e costumam ser feitas por grupos de voluntários, com faixa etária média de 25 a 35 anos, que são convidados em função da regularidade com que procuram o Hemorio para doar sangue. Com esta campanha, queremos conscientizar também para a necessidade de doar plaquetas, que neste momento de epidemia de dengue é crucial", avalia Luiz Amorim.

CRITÉRIOS

A doação de plaquetas possui alguns critérios específicos, que são diferentes dos da doação de sangue. O doador deve ter 150 mil plaquetas no sangue, que são identificadas por meio de um hemograma realizado no Hemorio. Há restrições específicas para pessoas que contraíram dengue e tiveram quadros graves da doença, que só podem doar plaquetas após um ano. Já em casos leves, a espera é de 30 dias.

Diante da duração mais longa do procedimento, o Hemorio recomenda agendar esse tipo de doação pelo telefone (21) 964638072. A doação de plaquetas funciona de segunda a sexta, das 7 às 14h. O hemocentro fica na Rua Frei Caneca, nº 8, no Centro do Rio.

Para outras informações, o candidato pode ligar para o Disque Sangue (3916-8310) que esclarece os pré-requisitos e dúvidas, além de informar o endereço das outras 26 unidades de coleta distribuídas pelo estado.

ELEIÇÕES 2024

MPRJ cria núcleo para auxiliar promotores

ALANA GANDRA/ABRASIL

Com o objetivo de aprimorar a atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) na área eleitoral, a procuradoria-geral de Justiça criou o Núcleo de Apoio e Assessoramento às Promotorias Eleitorais (Naape) do Estado do Rio. Essa é mais uma ação do MPRJ para garantir eleições municipais transparentes em 2024.

De acordo com a Resolução 2.583, a estrutura funcionará vinculada à coordenação de cada Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (Craai/MPRJ), para prestar apoio administrativo e técnico-jurídico aos promotores de Justiça investidos nas funções eleitorais. Caberá ao novo núcleo reu-

nir normas e decisões que possam embasar a atuação de seus membros. Além disso, a equipe do Naape produzirá relatórios com base em diligências designadas pelos promotores, e que são consideradas indispensáveis para garantir que o processo eleitoral transcorra com transparência e legalidade.

Para o secretário-geral do MPRJ, promotor Roberto Goes Vieira, a nova estrutura vai garantir mais eficiência ao trabalho de promotores. "O incremento na estrutura administrativa, através da criação do Naape, trará o adequado suporte ao promotor de Justiça investido na função eleitoral e, por consequência, maior eficiência em sua atuação na defesa do regime democrático".

GENOCÍDIO

Israel ataca consulado do Irã na Síria e mata sete militares

Um ataque aéreo israelense destruiu a seção consular da embaixada do Irã na Síria, matando sete pessoas, entre eles um alto conselheiro militar iraniano, informou a mídia estatal síria ontem. O ataque israelense matou sete membros da Guarda Revolucionária iraniana, entre eles três comandantes: Mohammad Reza Zahedi, Mohammad Hadi Haji Rahimi e um comandante sênior não identificado, disse o embaixador iraniano Hossein Akbari.

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, uma organização de monitoramento de guerra com sede no Reino Unido, alega que já são oito mortos pelo ataque.

O ataque ao prédio do consulado iraniano pode marcar uma escalada do contínuo direcionamento militar de Israel a oficiais militares iranianos e aliados na Síria, que se intensificaram desde o início da guerra com o Hamas em Gaza em 7 de outubro.

Israel, que raramente reco-

nehe tais ataques, disse que não tinha comentários sobre os relatos da mídia síria.

A emissora estatal iraniana em árabe, Al-Alam, e a emissora de televisão pan-árabe Al-Mayadeen, que tem repórteres na Síria, disseram que o ataque matou o conselheiro militar iraniano, general Ali Reza Zahdi, que liderou a elite Força Quds no Líbano e na Síria até 2016. Quatro autoridades israelenses, falando sob condição de anonimato ao *New York Times*, reconheceram que Israel realizou o ataque, visando Zahdi.

O embaixador iraniano disse que dois policiais que guardavam o prédio ficaram feridos. Akbari prometeu vingança pelo ataque 'na mesma magnitude e severidade'. Em comentários à mídia depois de se encontrar com Akbari, o ministro das Relações Exteriores da Síria, Faisal Mekdad, disse que 'várias' pessoas foram mortas.

Mekdad, em uma ligação telefônica com seu homólogo iraniano, Hossein Amirabdollahian,

condenou Israel pelo ataque. A televisão estatal iraniana disse que a residência do embaixador iraniano estava no prédio consular, que ficava ao lado da embaixada. "Netanyahu perdeu o equilíbrio mental porque enfrentou derrotas consecutivas em Gaza e não alcançou os ambiciosos objetivos dos sionistas", disse Amirabdollahian em comunicado.

O ataque, disse um membro iraniano da Guarda Revolucionária, visou uma reunião secreta na qual oficiais de inteligência iranianos e militantes palestinos se reuniram para discutir a guerra na Faixa de Gaza. Entre os oficiais iranianos estavam comandantes sêniores das Forças Quds e líderes da Jihad Islâmica Palestina, um grupo armado e financiado pelo Irã. O líder da Jihad Islâmica Palestina, Ziad Nakhaleh, estava no Irã na semana passada se encontrando com altos líderes iranianos.

Israel realizou centenas de ataques a alvos em partes controladas pelo governo da Síria nos

últimos anos. Tais ataques aéreos escalaram nos últimos meses no contexto da guerra de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza e dos confrontos em curso entre o exército israelense e o Hezbollah na fronteira Líbano-Israel.

Embora raramente reconheça suas ações na Síria, Israel disse que alveja bases de grupos militantes aliados ao Irã, como o Hezbollah do Líbano, que enviou milhares de combatentes para apoiar as forças do presidente sírio Bashar Assad.

Um ataque aéreo israelense em um bairro de Damasco em dezembro matou um conselheiro de longa data da Guarda Revolucionária paramilitar iraniana na Síria, Seyed Razi Mousavi. Um ataque semelhante a um prédio em Damasco em janeiro matou pelo menos cinco conselheiros iranianos. Na semana passada, ataques aéreos sobre a estratégica província oriental síria de Deir el-Zour, perto da fronteira com o Iraque, mataram um conselheiro iraniano.

DIPLOMACIA

Argentina e Colômbia dão por superadas suas diferenças

Os governos da Argentina e da Colômbia deram como superadas as divergências que tensionaram ao máximo suas relações nos últimos dias, em meio ao embate verbal entre os presidentes dos dois países. Os ministérios das Relações Exteriores dos dois países latino-americanos afirmaram, em comunicado divulgado na noite de domingo, passado que os governos do presidente argentino Javier Milei e da sua contraparte colombiana

Gustavo Petro "tomaram medidas concretas para superar quaisquer diferenças e fortalecer essa relação".

O último conflito bilateral foi produzido na semana passada, quando Milei, um economista ultraliberal e de extrema direita que chegou ao poder em dezembro, disse em uma entrevista à CNN que "muito não se pode esperar de alguém que era um assassino terrorista", em referência ao passado de Petro,

um esquerdista que foi membro de um grupo guerrilheiro da Colômbia.

Em protesto, o governo colombiano anunciou que iria expulsar diplomatas da embaixada argentina, e Petro acusou Milei de tentar destruir o projeto de integração latino-americana.

Em janeiro, a Colômbia chamou de volta o seu embaixador em Buenos Aires, Camilo Romero, em protesto contra as declarações do presidente argentino.

Num gesto conciliatório, o Executivo colombiano decidiu que Romero regressasse a Buenos Aires, ao mesmo tempo que concedeu aprovação ao novo embaixador proposto pelo governo argentino em Bogotá, indicou o comunicado, que não especificou o nome desse último.

Já o governo Milei anunciou a visita da sua ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino, à Colômbia.

JAPÃO

Família imperial estreia no Instagram para se aproximar do público jovem

A família imperial do Japão estreou no Instagram com uma enxurrada de postagens ontem. A medida foi encarada pelo público como uma tentativa da monarquia, que é a mais antiga do planeta, a se distanciar de sua imagem reclusa e se aproximar dos jovens.

A Agência da Casa Imperial, uma agência governamental responsável pelos assuntos da família, publicou diversas fotos e vídeos mostrando as aparições públicas do Imperador Naruhito e da Imperatriz Masako nos últimos três meses. A agência disse que pretende que o público compreenda melhor as funções oficiais da família e que o Instagram foi escolhido devido a sua popularidade entre os jovens.

A primeira foto publicada foi do casal imperial sentado em um sofá com sua filha, a princesa Aiko, de 22 anos, no Ano Novo. Outras postagens também incluíram os encontros do casal imperial com dignitários estrangeiros, incluindo o príncipe her-

deiro do Brunei, Haji Al-Muhtadee Billah, e sua esposa.

Até a tarde desta segunda-feira, 1º, a conta tinha mais de 360 mil seguidores. Por enquanto, as imagens limitam-se às funções oficiais da família e não incluem momentos da vida privada. A agência disse que estava considerando adicionar atividades de outros membros da realeza.

"É bom podermos ver um pouco das suas atividades porque mal sabemos o que eles estão fazendo", disse Koki Yoneura, um estudante de 21 anos. "É bom que eles pareçam estar um pouco mais próximos de nós."

Yukino Yoshiura, também estudante, disse que estava animada para ver mais postagens sobre a princesa Aiko. "Aiko-sama tem quase a nossa idade e acabou de se formar na universidade, então estou muito feliz em poder ver suas imagens", disse ela enquanto chamava a princesa com o respeitoso honorífico "sama".

No entanto, ambos disseram

que não planejavam seguir a conta da família real no Instagram.

A estreia da família imperial japonesa nas redes sociais ocorre 15 anos depois que a família real britânica se juntou ao X, antigo Twitter, em 2009.

"Na verdade, eu presumi que eles já tivessem um. Então estou surpresa que estejam fazendo um só agora," disse Daniela Kutny, uma estudante americana. Ela disse que o conteúdo parecia "muito limpo em termos de relações públicas", mas isso não necessariamente era algo negativo.

Atualmente, os fãs da família real pertencem em grande parte às gerações mais velhas. Os funcionários do palácio passaram a considerar usar as redes sociais para atrair mais pessoas interessadas na família e nas suas atividades. No ano passado, a agência criou um time de especialistas para estudar os efeitos da utilização das redes sociais na família imperial.

A agência tornou-se cautelosa depois que a sobrinha do im-

perador, Mako Komuro, e seu marido plebeu enfrentaram uma forte reação nas redes sociais e na imprensa devido às preocupações com a situação financeira de sua sogra, causando o adiamento de seu casamento. Ela também se recusou a receber um dote porque o público não celebrou plenamente a sua união.

A ex-princesa disse, na época, que sofreu traumas psicológicos por causa das críticas da mídia, inclusive online.

Especialistas dizem que as redes sociais podem ajudar a aproximar a família real do povo e dar à agência a capacidade de ter mais controle da narrativa desejada e responder à desinformação, mas permanecem preocupações sobre como a monarquia mais antiga do mundo pode ser amigável sem perder a sua nobreza ou evitar explosões.

A conta não segue ninguém, nem interage com o público. Os usuários não podem comentar as postagens, só curtir-las.

Nota

OSSOS DE CRIANÇA DESAPARECIDA EM COMUNIDADE DE 25 PESSOAS SÃO ENCONTRADOS APÓS 8 MESES

Investigadores franceses encontraram e identificaram no sábado passado, os ossos de um menino que desapareceu em julho em um pequeno vilarejo nos Alpes, em um caso que chocou a comunidade da França. A causa da morte segue em investigação, de acordo com as autoridades. Émile tinha dois anos e meio quando desapareceu no dia 8 de julho, em Haut-Vernet, uma comunidade localizada a 1,2 mil metros de altitude, onde vivem apenas 25 pessoas e é cercada por florestas. Ele passava o verão na região, com os avós.

A mãe e o pai de Émile não estavam na cidade no dia do desaparecimento. Ele saiu sem deixar rastros. As últimas pessoas que viram a criança foram dois vizinhos, que afirmaram que ele estava caminhando sozinho por uma rua da cidade. "No sábado, a polícia foi informada sobre a descoberta de ossos perto do vilarejo de Le Vernet", disse o promotor Jean-Luc Blachon. Os exames genéticos permitiram "concluir no domingo que eram ossos do menino Émile", acrescentou. O promotor não detalhou as causas da morte, mas afirmou que os legistas continuam examinando os ossos. "A polícia está mobilizando recursos para realizar buscas adicionais na área onde foram encontrados", acrescentou.